



ATA N.º 5

Sessão Extraordinária de janeiro

Reunião em 30/01/2026

Aos trinta dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sua sede, sita na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Luís Miguel Capão Filipe, secretariada pelo Primeiro Secretário Manuel Augusto da Cruz Cartaxo e pela Segunda Secretária Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, e com a presença dos vogais Ana Salomé Mendes Ferreira, Sónia Patrícia Pinto Gomes, Joaquim Manuel da Silva Marques, Leonardo Emanuel Cristino Maio, Arlindo José Vieira Tavares, Armando Oliveira Peres, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Rui António Alves Amado Cordeiro, Pedro Manuel Pericão Mónica, Emília Cristina da Cunha Gonçalves, Óscar Emanuel Ratola Branco, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Ana Carlota Teixeira Lopes Ferreira Braga, Ana Maria da Cunha Loura Oliveira, Armando Carlos da Silva Grave, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Matilde Cardoso Pereira Soares Machado, Cláudia Manuela Mesquita da Rocha, Diogo Nuno Pereira Gomes, Cláudia Maria Cruz Santos, Fernando Manuel Martins Nogueira, Rosa Maria Monteiro Venâncio, João Manuel Ferreira Ribeiro, Rosa Maria Tavares Santos Aparício, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Sara Sandra Resende Tavares, João Paulo de Morais Sarmiento Costa, Catarina Maria Dias Pinheiro Peralta Feio, Bruno Miguel dos Santos Fonseca, Ana Salomé Mendes Ferreira, Sara Raquel Pinheiro Santos Ferreira, José Carlos Dinis Marques, Daniel João Bastos Gomes das Neves, Carlos Alberto Martins Nunes e Adelino António Bastos Camões Sobral.

Pela Câmara Municipal estiveram presentes o seu Presidente Luis Manuel Souto de Miranda e os Srs. Vereadores Rui Manuel Domingues Santos, Ana Cláudia Pinto Oliveira, Pedro Manuel Correia de Almeida, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, Rui André Alves Castilho Dias, Leonardo Dinis Oliveira Costa e Maria Isabel Pereira Lopes Vila-Chã. Faltou o Sr. Vereador Diogo Manuel Santos Soares Machado.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Segunda Secretária da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da sessão do Vogal Armando Manuel Diniz Vieira pela sucedânea nas listas de candidatura Ana Salomé Mendes Ferreira.

Ainda nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia Catarina Marques da Rocha Barreto, Carolina Isabel da Silva Santos, Sara Alexandra Reis da Rocha, Miguel António Costa da Silva e Bruno José das Neves Ferreira se fizeram substituir nesta sessão por Sara Raquel Pinheiro Santos Ferreira, José Carlos Dinis Marques, Daniel João Bastos Gomes das Neves, Carlos Alberto Martins Nunes e Adelino António Bastos Camões Sobral, respetivamente.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

(As sessões, nos termos regimentais, têm como suporte o registo áudio de todas as intervenções)

Considerando que o eleito pelo Partido Livre, Bruno Miguel dos Santos Fonseca, que havia faltado, justificadamente, ao ato de instalação da Assembleia Municipal para o quadriénio 2025-2029, compareceu na Assembleia Municipal, foi verificada a conformidade formal, a legitimidade e identidade do referido eleito, nos termos do artigo 44.º, n.º 3 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, pelo Presidente da Assembleia Municipal que o declarou investido em funções como membro da Assembleia Municipal de Aveiro para todos os efeitos legais, para o quadriénio 2025-2029.

Presidente da Mesa [02](#)

“Declaramos aberta a sessão extraordinária de 30 de janeiro do ano 2026 da Assembleia Municipal de Aveiro. Desde já, um forte cumprimento ao nosso Deputado Municipal, Bruno Miguel Fonseca, que, ao facto de ter ocorrido a sua chamada e automaticamente instalado e empossado no seu cargo e daí desejarmos as melhores vicissitudes e virtudes para o exercício do seu mandato em benefício de Aveiro. Trata-se de uma reunião extraordinária e, por consequência, é um ponto único que consta do seguinte: apreciação e votação das grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal e Mapa Anual Global consolidado de Recrutamentos Autorizados ano de 2026. Conforme é regimental, consta o período de intervenção aberto aos cidadãos.”

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AOS CIDADÃOS

Cidadãos

Rui Carlos Vieira da Rocha Martins - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [04](#)

“O que venho cá hoje fazer é uma intervenção, uma dúvida sobre as Grandes Opções do Plano em que encontro no ponto B39, uma opção que se mantém desde 2018. Desde 2018 até este documento de 2026, são 9 documentos em que, penso eu, praticamente está sempre as mesmas palavras. É exatamente sobre a parte que diz lá ambiente e resíduos sólidos. E o que me traz cá hoje é para falar da parte, relativamente nesse capítulo, que eu não entendo porque lá está. Repudio, exatamente, a presença de uma coisa que se chama, é um

nome bastante extenso, eu vou tentar dizer, Centro Intermunicipal de Recolha Oficial Animal. Até agora não se viu nada construído, está lá acompanhamento da obra e o que se vê nos vários documentos, julgo que é apenas uma revisão, que eles estão sempre nas mesmas páginas. Nós assistimos que, em 2025, Sever de Vouga que, farta de esperar pela CIRA, o próprio avançou com um projeto nesse sentido, obteve financiamento, se essa era a questão do financiamento, obtiveram junto do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas e avançou. A minha questão é exatamente isto, quando é que vai avançar? Também vejo que, em 2019, havia lá um projeto, ele foi na comunicação social apresentou-se um projeto com custo de 800.000 para o alojamento de 214 animais com recreio. Eu acho que não é necessário, não é necessário isso, os privados já fazem um bom trabalho. É um tema que eu estou bastante sensível na minha vida privada e em contacto com os privados que têm estruturas, as dificuldades que eles apontam é no apoio veterinário, nomeadamente quando entregam cães que são recolhidos. A questão é eles precisam é de apoio na parte da esterilização, porque eles pagam a esterilização a preços praticamente de mercado, pouco abaixo do preço de mercado, o que eles precisam é esse apoio. Portanto, o que eu peço é que, de facto, se faça uma estrutura sim, de apoio veterinário, ou seja, quando um cão é recolhido, um gato é recolhido, deve ser reencaminhado então para um centro veterinário público, onde se pudesse fazer uma avaliação e depois sim ser encaminhado para as estruturas. Essas estruturas de privados trabalho com voluntários, não trabalham com funcionários, além, a motivação não é um salário, é sim um gosto, um carinho e nenhum funcionário, com todo o devido respeito, seja público, seja privado, nunca consegue dar o que essas pessoas dão, esse carinho que podem dar e eles gostam de fazer isso. O que eles precisam é a grande dificuldade a seguir à questão então da parte do apoio veterinário é o licenciamento. Muito estão em sítios que têm dificuldade em licenciamento, dificuldade de obter água de saneamento, eletricidade e tudo isso. E é nisso que a uma estrutura pública pode ajudar.”

Nelson Lopes Arqueiro - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [05](#)

“Eu venho aqui como representante dos moradores da rua do Outono, sita em Santa Joana, Azenhas de Baixo. O tema são as águas e saneamentos previstos no orçamento. Venho aqui dar-lhe notificação de que, no dia 13 de novembro de 2025, a Câmara de Aveiro foi notificada devido a uma ocorrência de uma inundação em duas moradias, na 24 e número 26 da rua do Outono. Esta inundação teve como origem uma caixa de visita de telecomunicações. Após vários contactos com essa empresa de telecomunicações e também a AdRA, verificou-se que existe uma tubagem de escoamento de águas que está levantada devido às raízes das árvores, o que faz com que a água volte para trás e continue a entrar para dentro das moradias, provocando prejuízos de valor avultado. E eu peço que exista uma verba para rever a infraestrutura das águas e telecomunicações daqueles moradores, incluindo-me a mim, para corrigir a situação. Portanto, eu venho em nome dos moradores pedir que haja uma verba que possa ser utilizada para corrigir esta situação. É só isso que eu tenho a dizer.”

O Presidente da Mesa deu a palavra aos Membros da Assembleia.

Membros da Assembleia

Vogal Cláudia Maria Cruz Santos, (PS) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [07](#)

“A nós parece-nos que os cidadãos que se dispuseram a vir aqui no início da noite têm direito a uma resposta e têm direito a uma resposta do Senhor Presidente da Câmara, é, sobretudo, ao Executivo que a questão é suscitada. Portanto, talvez seja adequado perguntar aos aveirenses que vieram aqui fazer as suas perguntas se estão disponíveis para que elas sejam englobadas no debate geral, talvez não estejam.”

Vogal Diogo Nuno Pereira Gomes (IL) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [09](#)

“Dois pontos interessantes, dois cidadãos têm preocupações muito específicas sobre o orçamento que vamos hoje aqui discutir. A Iniciativa Liberal, desde já, apontando ao primeiro interveniente, apoia, sem dúvida que este processo seja desbloqueado, aliás, vamos ouvir de viva voz hoje falar sobre uma quantidade muito grande de coisas que são grandes opções há demasiado tempo. Quando é demasiado tempo, não são grandes opções, são simplesmente uma ‘to-do list’ que vai ficando. Claramente essa opção é muito importante de construirmos um centro veterinário para dar seguimento aos animais. Este assunto foi largamente debatido, especialmente no mandato anterior. O atraso que Aveiro tem feito a cuidar nos animais que vagueiam, infelizmente, pelas nossas ruas, que precisam de carinho, de adoção e, portanto, é um assunto extremamente importante que precisa de ser urgentemente abordado. No que diz respeito ao ponto 2 trazido pelo morador de Santa Joana, é um caso que muitas das vezes se repete em muitas situações. Aqui é um bocadinho mais, se calhar, um problema de serviços camarários que precisam de ter um orçamento capaz de endereçar estes problemas atempadamente e, obviamente, a Iniciativa Liberal solidariza-se com essa situação dos moradores de Santa Joana e faz uma recomendação ao Executivo que enderece este assunto o mais rapidamente possível.”

Vogal Armando Carlos da Silva Grave (CHEGA) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [10](#)

“Nós vamos acompanhar este processo, designadamente na discussão que se vai seguir, porque está relacionado com as nossas intervenções relativamente ao orçamento e às Grandes Opções do Plano. E, portanto, consideramos que os cidadãos têm todo o direito de vir aqui expor estas situações, que têm a ver com a vida deles e vamos colocar a questão ao Executivo, tendo em conta as execuções deste orçamento, a previsibilidade de execução deste orçamento e tendo em conta, também, as outras previsibilidades e o facto de o orçamento anterior não ter sido executado. Portanto, é sobre isso que vamos falar e vamos abordar essas questões.”

Vogal João Manuel Ferreira Ribeiro (PS) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [11](#)

“Senhor Presidente, este assunto é de extrema importância e extrema gravidade e ainda bem que os cidadãos, no seu exercício de cidadania, trouxeram cá o tema, porque, de facto, há situações no Município e na cidade, em particular, são extremamente gravosas. No ano 2024 e no ano 2025, existia uma matilha de cães ali na zona das Pereiras. Para quem não sabe onde é a região das Pereiras é aquele campo entre o Bairro do Liceu, digamos assim, e a 109, em frente à IMO, aquela lavagem de automóveis que lá existe. Havia lá uma matilha de cães nos campos de milho que chegou a atacar pessoas. Isto é gravíssimo. Não havendo recolha de animais selvagens, eles em matilha atacam pessoas. Não estou a dizer que os animais são maus, estou a dizer que não há política no Município de recolha de animais, em que eles ao terem que sobreviver, caçam. Ao caçarem adquirem comportamentos selvagens, de sobrevivência. E isto é extremamente gravoso, porque é a integridade das pessoas, a sua segurança que está em risco. Não são vacinados, não são acompanhados e as suas doenças transmitem-se e é grave. Por outro lado, há muito o hábito na cidade de se alimentarem gatos selvagens. Os gatos reproduzem-se, os gatos são felinos. Em estado selvagem, porque o adquirem rapidamente, mais do que os cães, atacam pessoas quando o seu território é invadido. Por muitas ruas da cidade, por muitas ruas das aldeias, nomeadamente São Bernardo, existem muitos dispositivos de alimentação em que os animais não só não são retirados, não são recolhidos, não são esterilizados, reproduzem e o problema agrava-se de dia para dia. Isto é grave. As pessoas, ao circularem, podem ser atacadas por esses animais. Esse centro de recolha de animais e tratamento e acompanhamento veterinário é imprescindível e há vários anos que o Município sente carência dele. Municípios vizinhos têm essa política, o Município de Aveiro não tem. É sede de concelho, é capital de distrito e não tem algo que é fundamental para a segurança, para a higienização, inclusive, para evitar a propagação de pragas. Esta é uma situação que tem que ser resolvida e não pode continuar ‘ad aeternum’. Urge há muitos anos, há décadas que este problema subsiste. Um agradecimento aos cidadãos por trazerem este caso, porque é muito grave, é um problema de saúde pública.”

Vogal Joaquim Manuel da Silva Marques (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [12](#)

“Só para agradecer, profundamente e reconhecidamente, a intervenção destes dois cidadãos. É mesmo aqui o espaço em que isto pode e deve ser tratado e falado. Quanto às questões em pormenor, como dizia o Senhor Presidente da Assembleia e muito bem, isto vai ser objeto de discussão quando nós estivermos a falar sobre as Grandes Opções do Plano e o Orçamento.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara: [13](#)

“Nós vamos assistindo, enfim, a novidades. É sempre bom inovar para isto não ser uma rotina e agora temos esta novidade que é numa discussão do Orçamento e Grandes Opções do Plano virem cidadãos com questões particulares. É evidente que não está em causa e corroborando as sábias palavras do nosso Deputado Joaquim do PSD, que referiu e muito bem, que é sempre de saudar a participação dos cidadãos e isso é cívico, é democrático, é

bom. Agora vamos ser objetivos e claros, os assuntos que têm um carácter particular da situação de cada um, porque pode haver e há, com certeza. São 80.000 habitantes de Aveiro, cada um tem um problema particular, eventualmente, um grave, outro menos grave. E nós sabemos que aquilo que está hoje aqui em causa é a discussão macro, não é a discussão de aspetos individuais. Claro que nós podemos dizer que do individual chegamos ao macro e vice-versa. Mas a verdade é que todos sabemos aqui, e eu não estou a criticar os cidadãos, porque, por acaso é inédito, do que eu me lembro, de virem nesta fase com intervenções individuais para uma discussão desta natureza, mas a verdade é que todos aqui sabemos ou uns mais do que outros, em razão da sua experiência, que não é o momento para discutir questões particulares que podem ser e devem ser tratadas noutros momentos. Mas, de qualquer forma, há questões que, de facto, depois podem ter generalização, diz aqui o Senhor Rui Martins, esteve a ver e bem, desde 2018 que surge nos orçamentos desta Câmara Municipal, uma referência ao Centro Intermunicipal de Recolha Animal. Se lá não estivesse, garanto-lhe que havia aqui alguém que vinha dizer: mas vocês tiraram a referência ao CIROUA, desistiram do CIROUA. Havia um partido 'que foi extinto' aqui do hemiciclo, que constantemente trazia esse assunto. Haverá, com certeza, herdeiros dessa persistência. Nós de facto não retirámos, reafirmando que Aveiro, no quadro, repare bem a designação Centro Intermunicipal de Recolha Animal. Significa que, como diz, é verdade, eu concordo consigo, há demasiados anos que esta questão tem estado em cima da mesa no âmbito intermunicipal. Nós fazemos parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro e foi decidido há muito tempo que fazia sentido haver aqui núcleos, polos daquilo que seria o Centro de Recolha Animal. E, portanto, esse objetivo está presente. Ainda recentemente nas reuniões que tivemos com os nossos colegas dos outros municípios, novamente foi reafirmado. É certo que se procura que os Governos, porque isto é uma luta já muito antiga de que o Estado central assuma aqui também as suas responsabilidades e, portanto, procura-se ver qual é o enquadramento para uma obra que é importante, que é exigente. Os aveirenses depois logo saberão o custo de uma obra destas, porque não pode ser uma obra gigantesca e à medida de todos os animais errantes, porque não é comportável. E as pessoas quando souberem e o custo por cão. Mas quando as pessoas souberem do que é que estamos a falar, é preciso que depois venham toda a realidade. Qual é o custo por cão e por gato. Já agora para descansar mais o Senhor Deputado João Ribeiro, porque os gatos e gatas andam a atacar nós temos que ter em conta também a isso. É preciso que os números venham para cima e que se fique a saber quanto é que custa cada cão e cada gato ou gata que fique nesse centro de recolha. Isto para termos noção realista destas coisas. Sim, há objetivo intermunicipal de haver um centro com todas as condições e concordo perfeitamente consigo. Já tarda, já é mais do que tempo de avançar e estaremos no quadro da CIRA empenhados em que essa solução apareça finalmente, a Câmara Municipal dará todo o seu apoio. Queria tranquilizar também face a estas preocupações que há uma linha veterinária da Câmara Municipal de Aveiro, portanto, não se passe aqui a ideia que não há nada, que não há apoio nenhum para as situações de apoio veterinário que existe. Aqui há uns anos não havia, porque é difícil recrutar uma veterinária ou um veterinário municipal, não é assim tão apelativo, mas lá se conseguiu à segunda tentativa e, portanto, existe até uma linha que tem um

número e, portanto, sempre que sentir atacado por um gato ou um cão pode e deve chamar os serviços e há atuação com toda a certeza. E tem havido campanhas de esterilização. O problema é que as pessoas têm que ir lá. Estas campanhas têm sido feitas anualmente com as Juntas de Freguesia, com o apoio das Juntas de Freguesia e as pessoas têm que se dirigir para fazer todo o trabalho que é necessário com os animais. Portanto, a preocupação existe, concordar que é, de facto, já demasiado tempo. Houve vicissitudes de projeto de engenharia, de logística. Dizer que nunca vai haver nenhum centro que chegue para todo todas as situações é uma ilusão perfeita e refutar que não se esteja atento a estes problemas, porque está. E o Município tem condições para os acompanhar, em colaboração também com as Juntas de Freguesia. Depois, o Senhor Nelson Lopes sobre a questão das Azenhas de Baixo. Águas que fazem refluxo para as moradias e já temos aqui o seu apoiante da IL. Já fica a saber o Senhor, já tem aqui um grande apoiante que o Senhor Deputado sem saber nada do assunto, já declara o seu apoio. Portanto, tem ali um grande apoiante que ele vai mover tudo, independentemente da responsabilidade da Câmara no assunto, já sabe que há aqui um Deputado Municipal, assina já em baixo, nós estamos consigo. É a questão das águas, por acaso as águas estão entregues a uma empresa que se chama AdRA e que não é a Câmara Municipal de Aveiro, já houve os Serviços Municipalizados de Aveiro há muitos anos e de boa memória, devo dizer de boa memória, mas a verdade é que hoje o contexto é outro. Existe AdRA, telecomunicações também não é connosco, mas pronto aqui o Senhor Deputado que está solidário com a luta, independentemente de não ter absolutamente conhecimento da mesma e das suas implicações. E para concluir, cá está uma situação particular, não digo que não tenha a sua razão da sua insatisfação, que se eu também tivesse a minha casa com esse problema também o teria, mas o problema é exatamente este: é o aproveitamento político de uma situação particular e individual que afeta um cidadão, e vimos agora aqui no exemplo mais óbvio, um aproveitamento político imediato, em desconhecimento total daquilo que está em causa. Esse conhecimento só pode ser devido em sede da consulta às comunicações que o Senhor Nelson terá feito ao longo dos anos junto da Câmara Municipal, junto das outras entidades que aqui estão envolvidas nesta questão delicada e aí sim teríamos conhecimento para poder acompanhar. Da nossa parte Câmara Municipal sempre ao dispor, Senhor Nelson, nós entrámos há 3 meses e estamos sempre abertos para que os cidadãos se dirijam e, na medida em que for responsabilidade da Câmara, resolver junto destas entidades, falar com elas, com toda a certeza. Até estamos para ter uma reunião com uma delas e estamos a juntar vários assuntos, coisas que também nos incomodam a nós, enquanto mais sentido mais global e com todo o gosto acrescentamos também a sua questão.”

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto único – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal e Mapa Anual Global Consolidado de Recrutamentos Autorizados 2026

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do ponto.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara: [15](#)

“Tria iniciar esta importante de uma forma resumida esta magna questão, que são as Grandes Opções do Plano e Orçamento. E podemos começar pelo canil e pelo Centro de Recolha de Animais, já que foi esse tema aflorado. Para qualquer destes objetivos e esse também é um objetivo nosso, o bem-estar animal, há uma condição fundamental, mesmo que seja no âmbito intermunicipal, porque estas coisas intermunicipais e tem lá uma linha que mostra isso neste extenso documento, a verdade é que, mesmo no âmbito intermunicipal, uma coisa que é necessário, é preciso dinheiro. E eu iria começar por aí. Se nós não tivermos uma Câmara em boa saúde financeira, não há dinheiro para os cães, nem para os gatos, nem para nada. E antes disso, teria que haver para as pessoas, certamente. E já houve um tempo, nomeadamente na gestão do Partido Socialista em que não havia dinheiro nem para cantar um cego, nem para os cães, nem para os gatos, nem para as pessoas. Compreendem? Portanto, não havia dinheiro para as pessoas, não havia dinheiro para as associações. Ainda outro dia estivemos a entregar acima de 1 milhão de euros para agremiações desportivas e que estão, algumas delas, em situação que até, enfim, não é muito bom que assim aconteça, mas que precisam muito do apoio da Câmara Municipal. E quase que essas coletividades já assumem o apoio camarário como parte da sua receita, o que está errado, um princípio de gestão de uma entidade. E porque é que assumem? Assumem porque sabem que têm um interlocutor que quando diz assim: eu vou vos atribuir 100.000 euros, porque há apoios desde os mais pequenos até aos grandes, sabem que é mesmo para cumprir e que a única coisa que separa entre um mail que diz assim: foi atribuído 100.000 euros e o dinheiro entrar na caixa daquele clube são meras formalidades, que às vezes dependem desse mesmo clube que ainda não entregou declarações de não dívida, ou isto ou aquilo. Estou a falar em abstrato e em nenhuma situação em particular. Portanto, este é o primeiro aspeto que é a base de tudo o resto. Nós temos um orçamento ambicioso, que ascende a cerca de 200 milhões de euros, mas em que os aveirenses acreditam. Os aveirenses, enquanto cidadãos, as coletividades, todas as comunidades que orbitam no nosso Município sabem que este orçamento não é fantasia, sabem que é real, que tem equilíbrio e percebem que vem na linha dos anteriores e até respiram fundo. Isto vem na linha dos anteriores, então podemos estar descansados. E então agora toca a propor despesa, que é o que irão certamente a seguir. O coro que se vai seguir é o coro de devia pôr mais despesa nisto, mais despesa naquilo e mais despesa naqueloutro. No outro dia era para diminuir a receita, se bem se recordam, mas pronto. Portanto, o que é que acontece? É um orçamento ambicioso, mas muito credível. E eu diria de descanso para o nosso povo dizer assim: eles estão lá para gerir bem a receita pública. Sabemos, podemos confiar porque percebemos que, de facto, não há rutura com o ciclo político anterior que foi caracterizado, precisamente, pelo ciclo virtuoso de boa gestão pública e de ambição e de investimento de Aveiro. As pessoas percebem que não há rutura, porque nós dissemos que não trazíamos a rutura, bem ao contrário daquilo que o Partido Socialista e outros anunciaram em que aquilo que vinham propor era dismantelar o que estava previsto, comprometer o futuro de Aveiro e nós não vamos por aí. Sabemos muito

bem por onde é que queremos ir e há uma coisa que é certa, nós não queremos ir por aí. Por áreas queríamos dizer também de uma forma muito resumida. É um orçamento, que reflete também ideologicamente aquilo que é a maioria desta Assembleia, que é uma maioria social-democrata e democrata-cristã. 70% deste orçamento destina-se a aspetos sociais. Querem maior prova daquilo que é um orçamento social-democrata e democrata-cristão. Portanto, cerca de 70% da despesa que aqui está tem em si atividades sociais e associadas. Às vezes, a esquerda tem estes complexos de ser mais culta do que a não esquerda. É muito a vossa marca. É nós é que somos os cultos, nós é que estamos e vocês não sabem nada de Cultura. Então vou vos dizer, nós temos aqui cerca de 10% para a cultura. Portanto, é um orçamento vanguardista também, conservador naquilo que é preciso é conservador. Cautela com a despesa. Distribuí por toda a nossa equipa um recorte de jornal, citações de Benjamin Franklin, em que ele dizia cuidado com a pequena fenda, porque a pequena fenda pode fazer arruinar todo um edifício e nós estaremos atentos a essas pequenas fendas. Portanto, conservador no princípio da frugalidade e não entrar em loucuras, algumas delas propostas por vocês. Por cada uma delas que é repensar, parar e voltar a fazer tem custos associados. Poderia ser interessante contabilizá-los. É nesse sentido conservador, mas é vanguardista, tem 10% para a cultura, 13 milhões de euros, cerca de 20% para o desporto, entre equipamentos. E na habitação, sem entrarmos agora em pormenores, eu queria vos dizer que nós temos qualquer coisa como 30 vezes mais orçamentado do que há um ano atrás. Então está aqui um grande compromisso, segundo aqueles eixos que nós definimos, e que também foram definidos há uns anos atrás: paz, pão, saúde, educação, habitação. No fundo, estão resumidos aqui. Na área da educação, nós fizemos grandes progressos nos últimos anos e queremos que não nos parem, mas estão a tentar parar-nos, é verdade. Todas as semanas e por várias vias, mas vamos lá ver se conseguimos ir para a frente, é nosso objetivo que vá para a frente a Escola 2, 3 de São Bernardo que está já a caminho do Tribunal de Contas. O Conservatório vai chegar a hora da verdade e cada um que assuma as suas responsabilidades. Aqui fica já renovado e em orçamento, o nosso compromisso, a nossa vontade em que estes alunos merecem, ao fim de tantos anos. Há bocadinho falou o nosso caro concidadão de uma questão que se arrasta desde 2018. Há quantos anos se arrasta um espaço digno para a educação musical em Aveiro. Nós entendemos que chega de esperar, mas basta então de espera. Conosco o Conservatório é para avançar não é para parar, não é para interromper e desperdiçar financiamentos que estão previstos. A Escola Homem Cristo, a mesma coisa. Conosco a Escola Homem Cristo é para avançar e se nós adiarmos estamos a adiá-lo claramente para as calendas. É bom que se tenha noção disto, é mesmo para as calendas. Se todos estes projetos foram interrompidos, repensados. Vocês sabem, eu sei que vocês sabem que é mesmo adiar para as calendas. Ou seja, estamos a falar de um quadro comunitário que se vai esgotando, no qual ainda tem verbas associadas para estes objetivos e que se os Senhores conseguiram os nossos intentos, as Senhoras e os Senhores, então realmente vai-se perder aquilo que até aparecia classificado nas tabelas como urgente. Portanto, alguém, que não foram aveirenses que avaliaram estas coisas, entendeu que era urgente, no caso, um acordo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Governo de então, penso que até era um governo socialista,

mas localmente acham que não é urgente, nada é urgente para o Partido Socialista e os seus companheiros de ocasião. Nada é urgente, tudo se deve adiar. O nosso orçamento reflete a vontade de fazer na educação e prosseguir com as obras e avançar na Alumieira, Leirinhas, Sarrazola, Esgueira, Eixo, Oliveirinha. As dificuldades são muitas. Temos o caso paradigmático da Escola do Solposto. Poderão dizer que nunca mais aquilo fica pronto, pois não. E as vicissitudes que aquele processo teve e que agora, como dizia alguém do Partido Socialista que não está agora nesta bancada, mas que percebe alguma coisa disto e que disse que, de facto, e vão falindo, contestação, a tal litigância que, pelos vistos, gostam e por aí fora. Há condicionalismos que levam a que não se consigam atingir os objetivos. Agora, nós não perdemos um minuto que seja para que estes objetivos sejam alcançados. Na área da saúde, que é muito importante, vamos concluir o Centro de Saúde de Nossa Senhora de Fátima, oxalá que não surja nada nesta reta final, e vamos avançar com um programa de reabilitação de outras unidades de saúde ainda este ano, com essa mesma avaliação para depois se poder avançar em obra e vamos avançar também com um programa que liga a saúde com o desporto e com a educação, Aveiro em Movimento. A verba, podem dizer que não é tão significativa, porque há muitas verbas que estão aqui, que tem a ver com imaterial. É importante fazer a obra e nós temos grandes obras que queríamos muito que avançassem, por exemplo, o nosso pavilhão oficina tão criticado, também já está com dificuldades para avançar. Entretanto, as coletividades estão a treinar em condições indignas para os nossos jovens e eu espero, muito sinceramente, quando sair daqui que tenha deixado condições para que os nossos jovens possam treinar em condições dignas como têm outros municípios e que nós, de facto, fomos deixando para trás e, por outro lado, temos, felizmente, uma comunidade jovem muito desportista e queremos responder a essa solicitação. Na área social para terminar. A nossa política, ainda ontem estivemos a assinar contratos de apoios, poderia ser uma política também socialista. Nós ficamos com tudo, com as competências, porque nós é que sabemos. Não, nós trabalhamos com as IPSS, confiamos nas IPSS e fazemos a delegação da delegação. É assim que nós vemos e vamos continuar em trabalho em parceria com quem está aqui para trabalhar a favor da comunidade, seja uma pequena coletividade, seja uma instituição com maior relevo. Portanto, Senhor Presidente, em síntese, são estas as linhas gerais da proposta que aqui apresentamos.”

Membros da Assembleia

Vogal Bruno Miguel dos Santos Fonseca (LIVRE) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [17](#)

“O Livre assume hoje, de forma plena, o seu lugar na Assembleia Municipal de Aveiro. Ultrapassados os constrangimentos burocráticos que adiaram a minha tomada de posse e após cumprir a minha missão de serviço público no estrangeiro, estou aqui com um propósito claro, trazer a voz da ecologia, da esquerda verde e da democracia para o centro de Aveiro. Saudamos a pluralidade democrática que está nesta sala hoje, mas a pluralidade não se esgota nos partidos, ela vive nas histórias de cada aveirense, nos que aqui nasceram e naqueles que escolheram a cidade de Aveiro para viver. Num tempo de polarização e de ameaças ao Estado de Direito, Aveiro tem de ser um exemplo de

integração e de saber acolher. E saber acolher é conhecer a realidade, é saber que o nosso vizinho tem o transporte para o trabalho, é saber que a família do lado não consegue pagar a renda. Nós estamos aqui para articular esse futuro, uma cidade de Aveiro que não deixa ninguém para trás. Conhecer os nossos vizinhos e vizinhas e as suas dificuldades diárias, quer seja pela falta de alternativas sustentáveis de mobilidade para se deslocarem de sua casa para o centro da cidade, quer seja pela falta de uma habitação digna e resiliente, nós, aqui presentes, precisamos e devemos articular e defender uma ação que pense o todo hoje e prepare o futuro amanhã. Os problemas que cada um dos aveirenses enfrenta no seu dia a dia, não são objetivos, são problemas que afetam os aveirenses. Cada um, individualmente e coletivamente. Objetivo deve ser a ação do Executivo. Sobre o futuro, as escolhas que o Executivo camarário tem traçado, de uma continua abstração e dissociação da realidade em Aveiro e de manutenção de políticas locais que falharam nos tempos do anterior Executivo e bem presentes nas Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Município para 2026, estão bem longe da defesa da polaridade e da diversidade que a nossa comunidade e os nossos concidadãos representam, longe de um plano efetivo que responda à crise da habitação, bem visível no nosso Município e por todo o país, longe de uma resposta às alterações climáticas e ao meio ambiente, longe de uma ação social digna, que combata preconceitos, violência e, essencialmente, é um orçamento de fantasia que está longe dos aveirenses. O presente e o futuro dos aveirenses, todos os aveirenses sem exceção, são da responsabilidade de todos os que aqui estão sentados, incluindo o Governo central, porque as políticas que possuem impacto de proximidade são aqui votadas, decididas e fiscalizadas. O Executivo Municipal tem a responsabilidade de proximidade e de honestidade política para com os seus concidadãos. Só pedimos que os ouçam. Senhores e Senhoras, eu li com atenção o programa eleitoral do, então candidato à presidência da Câmara Municipal de Aveiro, Senhor Doutor Luis Souto, e comparei com este orçamento e a conclusão é preocupante. O orçamento do atual Presidente desmente as promessas do candidato. Na campanha, o candidato Presidente garantiu que a habitação seria a primeira prioridade e que era hora de começar a construir, mas os números deste documento dizem o oposto. A habitação, a maior emergência social de Aveiro, merece apenas 3%, 3.8 milhões de euros do vosso esforço financeiro garantido. O orçamento deste Executivo apresenta, no total, 11,5 milhões de euros para o programa Habitação Mais, mas a realidade é enganadora. Cerca de 66% desse valor, cerca de 7,7 milhões, tem financiamento não definido, ou seja, está dependente de fundos externos ao Município, como PRR, ou pelo IHRU, que podem não chegar para a construção de casas que combatam a crise da habitação. Em contrapartida, transportes e vias rodoviárias levam mais de 13%, na sua globalidade. Para cada um euro que este executivo investe, garantidamente, em habitação para as pessoas, gasta quatro euros em alcatrão e rotundas. E não digam que falta dinheiro ou terrenos. Neste orçamento, a Câmara tem 5 milhões de euros a pronto pagamento para comprar terrenos, mas é para a estrada do eixo Aveiro-Águeda. Para a bolsa de terrenos de habitação, promessa de campanha, o financiamento é uma miragem ou está dependente de fundos que não controlamos. Em Aveiro, o carro tem terreno comprado a pronto, as famílias têm promessas a crédito. Isto leva-nos à segunda grande falha, a emergência climática. O

Senhor afirma liderar uma candidatura verde, mas um orçamento que destina apenas 1% à proteção do ambiente e investe 40 vezes mais em novas estradas do que na limpeza das nossas florestas, não é verde, é cinzento. Exemplo disso é a verba atribuída para a prevenção dos incêndios. Nós, o Livre, analisamos esse valor, sendo como muito baixo, tendo em conta o histórico na nossa região. As boas práticas ditam que se deve dar prioridade à prevenção e, por sua vez, reduz os esforços e os custos associados ao combate. Senhores e Senhoras, Aveiro possui 50 milhões de euros de saldo de gerência nos cofres da Câmara Municipal. A inação na habitação e no clima, não é uma inevitabilidade financeira, é uma opção política. Mas vamos ser claros, ter 51 milhões parados no banco, num ano em que famílias de Aveiro passaram dificuldades, não é poupança, é incapacidade de execução. Por isso, o Livre pergunta: porque é que tal prioridade de habitação tem quatro vezes menos dinheiro que as estradas? Porque é que mantém 51 milhões no banco, em vez de os usar já para resolver a crise da habitação, sem esperar pelo Governo central? Onde ficou a candidatura verde, num orçamento que gasta mais em drones do que limpar a floresta? Aveiro precisa de menos betão e de mais visão.”

Vogal Cláudia Manuela Mesquita da Rocha (IL) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [18](#)

“Eu queria começar por fazer um pequeno comentário àquela que foi o início da defesa do documento pelo Senhor Presidente, dizendo que primeiro que tudo, é preciso ter o dinheiro. Eu gostaria de discordar, primeiro que tudo, é preciso ter as políticas adequadas, mas o que importa é as escolhas que fazemos com o dinheiro que temos. Passando, então, para a análise do orçamento, sendo este o primeiro orçamento de um ciclo de um novo ciclo executivo, ele herda, naturalmente, um conjunto de compromissos, projetos em curso e opções estruturantes dos anos anteriores. Essa continuidade é legítima, mas não dispensa, pelo contrário reforça o dever de escrutínio político, transparência e rigor. O orçamento apresentado tem já uma dimensão expressiva, próxima dos 200 milhões de euros, com um nível de investimento elevado. Um orçamento desta dimensão deve ser acima de tudo previsível, transparente e responsável, especialmente quando envolve recursos públicos escassos e limitados. Ao analisá-lo surgem alguns sinais de alerta. Desde logo cerca de 30% do investimento encontra-se classificado como não definido. São algumas dezenas de milhões de euros, cuja afetação concreta, calendário, prioridades e critérios de decisão não são ainda hoje conhecidos. Isto fragiliza o controlo democrático e dificulta o acompanhamento da execução, senão a própria execução, uma vez que fazemos depender investimentos de fontes de financiamento que não estão asseguradas. Apesar das dificuldades de execução reconhecidas em 2025, dificuldades que se preveem prolongadas para 2026 e para além do que é a litigância dos concursos públicos, insiste-se num GOP, claramente, sobredimensionado. Planeia-se, de forma consistente, acima da capacidade real de execução, o que fragiliza a credibilidade do planeamento e aumenta o risco de reprogramações sucessivas. Importa ainda sublinhar uma preocupação central quanto à sustentabilidade do orçamento, que depende de forma significativa de financiamentos pontuais associados a projetos competitivos, programas comunitários ou outros instrumentos excecionais. Estes mecanismos são importantes para alavancar

investimento, sem dúvida, mas não podem ser confundidos com receita estrutural, nem servir de base permanente ao desenho da despesa municipal. Um orçamento excessivamente ancorado em financiamento episódico dificulta o planeamento de médio prazo e tende a induzir decisões orientadas para a captação de fundos em detrimento de decisões orientadas para o real interesse estratégico do território. A sustentabilidade financeira de um município não se mede apenas pela capacidade de executar projetos quando há fundos disponíveis, mas pela capacidade de manter serviços, infraestruturas e políticas públicas, quando esses ciclos de financiamento terminam. E se o equilíbrio financeiro é importante, reconhecemo-lo, também é a manutenção contínua das infraestruturas e património. O orçamento aposta fortemente em novas obras de elevado montante, mas dedica pouca atenção à manutenção sistemática das infraestruturas existentes. Muitas intervenções surgem apenas como reação à degradação acumulada, como é o caso do Estádio Municipal e do Museu. Um Município que não cuida do que já tem, está a acumular dívida escondida para o futuro. Também no documento das GOP são apresentados oito grandes programas estruturantes, mas em vários deles não está claramente explicitado como serão concretizados, que recursos serão utilizados, quais os indicadores de sucesso que existem, nem os riscos associados. No momento de votarmos as GOP seria importante fazê-lo com conhecimento pleno das estratégias do Executivo e não apenas enunciados de boas intenções. Um exemplo de formulação excessivamente vaga surge no eixo desenvolvimento da economia azul, o parágrafo dedicado a este tema é genérico, sem metas, sem projetos concretos definidos, sem modelo claro de articulação com instituições como o Porto de Aveiro, Universidade, com o tecido empresarial do concelho ou com os instrumentos de financiamento disponíveis. Para uma área que pode ser absolutamente estruturante para o futuro económico do concelho, o nível de definição apresentado é manifestamente insuficiente. Por fim, fica evidente que uma parte significativa do orçamento resulta de projetos herdados, investimentos plurianuais e compromissos assumidos anteriormente. A Iniciativa Liberal, com uma atitude responsável e construtiva, exorta o Executivo a apresentar, a breve trecho, a concretização destes programas, para que os mesmos possam ser debatidos nesta Assembleia.”

Vogal Armando Carlos da Silva Grave (CHEGA) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [19](#)

“O documento hoje em discussão revela circunstâncias que, infelizmente, se têm vindo a repetir na governação deste Município. Constatamos, mais uma vez, a apresentação de planos e orçamentos com números elevados, em claro contraponto com uma fraca capacidade de execução, uma prestação de contas insuficiente e ausência ou, pelo menos, a não definição de prioridades claras e verdadeiramente urgentes. As Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2026 são apresentados como o primeiro grande documento político deste novo Executivo, mas sejamos sérios, Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados, este não é, em substância, um orçamento deste Executivo, é na sua maioria, um orçamento herdado de Executivos anteriores. Há um dado político que não pode ser ignorado. Aveiro é um dos últimos municípios do país a discutir e deliberar sobre as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2026. Este facto não é um pormenor

técnico, é um sinal claro de atraso que se perpetua de desorganização política e de governações cujos resultados chegam sempre depois do tempo, quando chegam. Grande parte do investimento inscrito resulta de um verdadeiro frenesim de adjudicações concentradas nos últimos meses do mandato anterior. Obras lançadas ou adjudicadas à pressa, contratos assinados em ritmo acelerado, decisões tomadas com o calendário eleitoral como pano de fundo. O que hoje é apresentado como visão estratégica é, na maioria dos casos, mera execução obrigatória, ratificação e assunção de decisões herdadas. Decisões que, convém recordar, também são da responsabilidade do Senhor Presidente deste Executivo. Nasce de compromissos já assumidos, cujas faturas começam agora a chegar. O Executivo limita-se nesta fase, a gerir uma obra que não é apenas do anterior Executivo, também é sua, Senhor Presidente, e porque era Presidente da Assembleia Municipal, quando agora é o Presidente do Executivo. Conferir autos de medição, cumprir com cronogramas e resolver problemas que não criou, isto não é um insulto, Senhor Presidente, é uma descrição funcional. Os números confirmam-no. Em 2025, Aveiro registou uma taxa de execução orçamental de cerca de 27% num orçamento superior a 210 milhões de euros. Isto não foi prudência financeira, foi orçamentação inflacionada com execução mínima. Está claro, não foi da sua responsabilidade, não era o Senhor o Presidente do Executivo. Os aveirenses suportaram uma taxa fiscal compatível com uma dívida próxima dos 200 milhões de euros, quando, na realidade, apenas cerca de 50 a 55 milhões foram efetivamente executados. Pagaram como se tudo tivesse sido realizado e receberam como se quase nada tivesse sido feito. O orçamento agora em discussão, volta a rondar os 200 milhões de euros, mas a experiência recente demonstra que a capacidade real de transformar previsões em obra concreta é um pouco limitada. O padrão mantém-se, orçamentos gigantes, execução anémica. Permitam-me o coloquialismo: é muita parra para tão pouca uva. Reconhecemos, no entanto, que há áreas onde funciona. A cooperação com a Universidade de Aveiro é correta, consensual e também obrigatória. A gestão corrente bem-feita. Também no plano financeiro, encontramos contas formalmente equilibradas e dívida controlada, mas não confundamos boa contabilidade com boa política, um excel equilibrado não resolve problemas estruturais nem melhora a qualidade de vida dos aveirenses. Estas grandes Opções do Plano surgem envoltas em retórica pseudomodernizadora, mas com opções antigas, falta aquilo que distingue governação de mera gestão. Prioridades claras, coragem política para corrigir os erros passados e ter uma visão futura. A rede viária municipal é o exemplo claro, degrada-se há mais de uma década. Na mobilidade, ignoram-se problemas evidentes nas intervenções da Avenida Dr. Lourenço Peixinho e na Avenida 25 de Abril. A requalificação da rotunda do rato é outro exemplo. Num contexto de carências graves noutras áreas essenciais é cara, discutível e nada prioritária. Na segurança o investimento continua insuficiente. Videovigilância é tratada como acessória, as corporações dos bombeiros sobrevivem com apoios curtos, apesar dos discursos elogiosos e aqui a situação é particularmente grave. O apoio social ao bombeiro em Aveiro simplesmente não consta deste orçamento. Isto não é um lapso técnico, é uma opção política que os bombeiros têm de saber. O enorme serviço prestado pelas corporações dos bombeiros não se agradece com palmadinhas nas costas. Curiosamente, as prioridades mantêm-se trocadas. Nunca

falta dinheiro para a comunicação institucional, propaganda e marketing. Primeiro comunica-se o sucesso, depois logo se vê, se ele aparece. Na habitação, um direito constitucionalmente consagrado, este orçamento falha de forma clara. Quanto aos grandes dossiers com a administração central, Ria de Aveiro, eixo estruturante, Hospital, tudo permanece em suspenso, sem pressão política. Relativamente à saúde e ao Hospital em particular, recorde que o anterior Executivo anunciou várias vezes intervenções neste equipamento. Foi-nos dito que com um Executivo e um Governo da mesma família política seria mais fácil resolver o problema junto da administração central. Com este plano e orçamento os aveirenses irão continuar a esperar. Enumerar problemas, Senhor Presidente, não é governar. Encher páginas da comunicação social não é liderar. Por tudo isto, o Partido CHEGA opta pela abstenção. Não votamos contra Senhor Presidente, porque este orçamento é, em grande parte, uma herança pesada das decisões do passado, mas também não votamos a favor, porque este documento revela um Executivo que gere o passado, mas não demonstra capacidade para liderar o futuro. Esta é a decisão política dos Deputados nesta bancada municipal do partido CHEGA.”

Vogal Gonçalo Nuno Caetano Alves (CDS-PP) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [20](#)

“O documento que hoje apreciamos, as Grandes Opções do Plano, o Orçamento, o Mapa de Pessoal e o Mapa Anual Global Consolidado de Recrutamentos Autorizados para 2026, é muito mais do que um exercício técnico ou contabilístico. Ele traduz uma visão política, uma forma de governar e uma responsabilidade assumida perante os aveirenses. Como o próprio preâmbulo afirma com clareza, este será o primeiro ano completo da execução de um novo ciclo político, iniciado na sequência das Eleições Autárquicas de 2025. Um ciclo que resulta de uma opção democrática clara, continuidade nos trabalhos bem estruturados e abertura de uma nova fase, assente na modernização, na inovação e no consolidar de uma governação municipal exigente, de proximidade e orientada a resultados. Importa começar por aqui, porque negar a legitimidade política deste ciclo, pela sobranceria e pseudo propriedade da intelectualidade aveirense, é negar o próprio princípio democrático. Os 50 anos de poder autárquico que este ano estamos a comemorar. Reconhecer a decisão dos eleitores não é triunfalismo que afinal nestes 50 anos que vamos comemorar, só 8 anos não tiveram a razão do nosso lado, e isto não deixa de ser respeito institucional. O CDS-PP revê-se naturalmente nos princípios que este documento assume como base da ação municipal: transparência; rigor; previsibilidade; proximidade e cumprimento dos compromissos. Estes são princípios clássicos da boa governação pública, coincidentes com a tradição liberal e democrata-cristã, que sempre defendeu um Estado forte na sua missão, mas contido nos seus excessos. Como defendia Konrad Adenauer “a política séria começa quando se substitui a improvisação, pela responsabilidade”. E é exatamente isso que este documento procura fazer. E esta é a marca de água dos 44 anos do CDS em Aveiro. A quem insiste na crítica recorrente da execução orçamental, importa responder com serenidade e com factos. O próprio preâmbulo assume, de forma intelectualmente honesta, as condicionantes reais da gestão pública contemporânea: as pressões no mercado da construção; limitações de capacidade

de resposta de projetistas e empreiteiros; variações de preços; ritmos de aprovação e reembolso dos fundos comunitários e a burocracia pesada que continua a penalizar a administração local. Reconhecer estas limitações não é fragilidade política, é maturidade governativa. Fragilidade seria ignorá-las, anunciar obras irrealistas, judicializar decisões que cabem à política ou prometer prazos que não podem ser cumpridos. Mais ainda, este Orçamento não abdica da ambição, pelo contrário, assume um investimento municipal superior a 180 milhões de euros, integrado num planeamento plurianual, com articulação entre financiamento comunitário, nacional e recursos próprios do Município. Isto é governação responsável, não é propaganda. A habitação é uma prioridade reforçada neste novo ciclo político. Uma prioridade tratada de forma estrutural, articulando aumento da oferta, mobilização do parque habitacional existente, reabilitação, arrendamento acessível e instrumentos municipais de mediação com proprietários, promotores e parceiros sociais. Mas, queria lembrar que o problema da habitação se resume à lei da oferta e da procura. Aos poderes públicos compete, sobretudo, dedicar a sua ação à habitação social, dando dignidade de moradia a quem não a pode ter. A doutrina social cristã ensina-nos que a justiça social não se mede por intenções, mas por resultados sustentáveis. Como alertava Wilhelm Röpke, “o maior inimigo da justiça social é a política que promete mais do que pode cumprir”. O CDS-PP prefere soluções exigentes, executáveis e duradouras. Também na área da Ação Social, da Educação e da Cultura, este documento revela uma visão integrada: reforço das parcerias com IPSS, investimento no parque escolar, consolidação do trabalho na descentralização de competências e valorização da cultura como política estruturante, e não como mera sucessão de eventos. Aqui há continuidade, mas também há qualidade acrescida e exigência estratégica. Quanto a alguns discursos do catastrofismo permanente, da desqualificação sistemática e da negação de qualquer mérito à governação, isto não constrói uma cidade. Classificar este Orçamento como mera “herança” é intelectualmente pobre, ou também uma forma cómoda de fugir à responsabilidade política. O próprio documento assume explicitamente o carácter plurianual das GOP e do Orçamento, garantindo continuidade a projetos e obras em curso e enquadramento financeiro para investimentos que se prolongam no tempo. Isto não é fraqueza, isto é planeamento. Como escreveu Edmund Burke, “um Estado sem meios de mudança é um Estado sem meios de conservação”. Reformar melhor e inovar exige continuidade, correção gradual e responsabilidade intergeracional, não demolição retórica do que existe. O CDS-PP valoriza doutrinariamente a agenda de transformação interna da Câmara Municipal, claramente assumida, simplificação administrativa, aceleração digital, avaliação das políticas públicas, governação participativa e valorização dos trabalhadores municipais. Esta é a verdadeira modernização do poder local, menos burocracia, mais serviço público, menos opacidade e mais resultados. A aposta no Aveiro Tech City, na cooperação com a Universidade de Aveiro, na mobilidade sustentável, na coesão territorial, na cultura como identidade viva e na inovação orientada para resultados revela um projeto integrado de desenvolvimento. Não é retórica política, é política pública estruturada. No plano financeiro, importa sublinhar um ponto essencial, a situação financeira sólida do Município, com dívida controlada, serviço da dívida reduzido e capacidade formal de endividamento, isto não é

um detalhe técnico. É aquilo que permite proteger a cadência de investimento, mesmo em contextos externos instáveis. Como defendia Ludwig Erhard, pai da economia social do mercado, a prosperidade não nasce do improviso, nasce da ordem. E este Orçamento é um instrumento de ordem, de previsibilidade e de responsabilidade. O CDS-PP votará favoravelmente porque este documento traduz exatamente essa visão, continuidade com solidez, inovação com propósito e governação responsável. Não promete milagres, mas cria condições reais para transformar Aveiro no terreno, com estabilidade institucional, ambição controlada e respeito pelos recursos públicos. Concluo com Jacques Delors, quando defendia “governar é escolher, mas sobretudo ter a coragem de assumir as consequências dessas escolhas”. O CDS-PP assume esta escolha com sentido institucional, coerência doutrinária e com fidelidade aos aveirenses. Por isso, o voto desta bancada é favorável.”

Vogal Fernando Manuel Martins Nogueira (PS) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [21](#)

“Uma primeira nota, permita-me pessoal, o Senhor Presidente da Câmara é um sofredor e não lhe vejo ponta de entusiasmo, tudo para si é uma chatice e eu tenho pena por Aveiro. Na apresentação destas GOP falou mais do cofre do que do destino da sua ação. Queremos em primeiro lugar e em nome do PS sublinhar que a atitude do PS relativamente a este Orçamento revela maturidade e seriedade por algumas razões. Um, porque discordando de muitas opções, se coloca na posição de não ser um obstáculo à aprovação destas GOP, optando por uma atitude que chamamos de acompanhamento vigilante. Dois, porque o PS quis contribuir para a construção destas GOP com propostas exequíveis, mas não usou a recusa da acomodação dessas como uma moeda de troca para a viabilização da proposta deste Executivo em minoria. Três, porque o orçamento não reflete nenhuma orientação de política e sendo continuidade, o voto mais natural, seria obviamente contra. Queremos sublinhar que é premente que este Executivo crie pensamento novo para as políticas em Aveiro. É que este orçamento é só um reacondicionamento. Está carregado de esqueletos de propostas de 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 que nunca saíram do papel e projetos no mandato anterior. Efetivamente, as propostas inscritas pela primeira vez com financiamento definido nestas GOP são residuais. E por rubricas, eu digo na rubrica um - administração geral, que não chegam a 1% das GOP, as medidas são as mais significativas. São 26% que tem a ver com drones e segurança no espaço público, mas estas são só um por cento do geral das GOP. Na rubrica dois que é objetivos sociais, que o Senhor Presidente acabou de confundir com ação social e social democracia, é cerca de 70% das GOP. Na área da saúde e do ensino não há uma única entrada nova. Nas rubricas da proteção do ambiente, na cultura, no desporto e no lazer e na indústria e energia, não há nada nestas rubricas que seja novo. Nos transportes rodoviários não chega a 1% do que é novo. Na área do turismo a despesa orçamentada nova é 2%. E depois temos coisas estranhas. Na habitação propõe-se um estudo de 300.000 euros num orçamento herdado de 3,5 milhões. A pergunta é: para quê fazer um novo estudo, quando aprovámos uma estratégia local de habitação há 8 meses. Das duas uma, ou a estratégia aprovada é má e mesmo assim o Executivo diz que vai segui-la, ou a estratégia é boa, mas os estudos não

prestam. E no ordenamento do território, a maior parte do que pretende fazer, para além de o D. Pedro e Avenida é 12% em estacionamento. Tudo o resto é anterior. Pretendem-se aqui fazer planos de pormenor para as áreas de acolhimento empresarial e nós em concreto gostávamos de saber o que aconteceu à área de acolhimento empresarial de Taboeira anunciada em 2018, que em 2021 a Câmara afirmava estar em fase de finalização ao anunciar que a iria candidatar ao PRR. Temos ou não temos projeto. Prevê-se também uma intervenção integrada na Beira-Mar. Aqui onde o Senhor Presidente de vocação de movida noturna e turística e outros vêm abandono e desmazelo. Devia lembrar-se, porque presidia a esta Assembleia, que vem desde o PEDUCA a promessa de intervenção e que depois de um primeiro orçamento com 3 milhões, já vamos em 8,5 milhões, mas tudo o que quer fazer é um estudo por 250.000 euros que nem sequer tem verba definida. E a pergunta que eu lhe faço é que resultados produziu o estudo adjudicado à empresa Mobilidade.PT por 100.000 euros em 2019 para a área do bairro da Beira-Mar. Por isso sim, este orçamento é refém da iniciativa de quem o antecedeu, é refém de uma suborçamentação crónica com obras que transitam há anos de orçamento para orçamento e que nem sequer lhe mereceram limpeza. E, por fim, em vez da continuidade e inovação da sua campanha, ficamos com muita continuidade, para muito pouca inovação. Uma nota final, a enumeração de princípios nas GOP é uma coisa positiva, porque permite ver a coerência entre o discurso e ação, mas veja-se logo no primeiro parágrafo, faz um sublinhado político sobre quem é que manda aqui, quem é que detém poder, para umas linhas abaixo defender o princípio da governação participativa e vimos bem hoje como é que o Senhor trata a voz do cidadão, mesmo quando os seus problemas são coletivos e que têm a ver com esta matéria das GOP. E isto é um mau prenúncio. É o pronuncio que este Executivo ainda não interiorizou a necessidade de concertar ideias e de partilhar o poder, preferindo queixar-se de litigâncias e forças de bloqueio, que é como o Senhor Presidente vê a atual interação política e termino dizendo que nada na sua governação, Senhor Presidente, será como decidir fazer Carnavais na Ria sem antes tratar com os operadores dos moliceiros.”

Vogal Arlindo José Vieira Tavares (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [22](#)

“Este ponto das Grandes Opções do Plano e Orçamento é, sem dúvida nenhuma, o documento mais importante da vida de um município. Ele traduz um projeto autárquico que foi apresentado e debatido junto dos aveirenses. Trata-se de um documento de continuidade, sim, como será exemplo de muitos outros orçamentos municipais pelo país fora, devido ao facto de ter sido ano de eleições autárquicas. Qual o espanto? Defendemos isso mesmo na nossa campanha eleitoral e fomos escolhidos pelos os aveirenses para gerir os destinos da nossa autarquia. Este documento contempla e representa as obras em execução, obras adjudicadas ou em fase de adjudicação, entre outros, que vão ser destacadas já a seguir pelo nosso líder de bancada. Estamos perante um documento muito importante, também, para as nossas Juntas de Freguesia, para as nossas associações, para as nossas coletividades, para as nossas IPSS. Recordemos, em jeito de exemplo que, no passado dia 23 de janeiro, foram assinados 39 protocolos com as nossas associações

desportivas. Para quem é dirigente de uma associação ou coletividade sabe da importância destas verbas para o desenvolvimento do seu trabalho em prol da nossa população. Já as nossas IPSS, ontem mesmo, foram assinados protocolos de cooperação financeira com o reforço de 13% das verbas em relação ao ano de 2025. Um sinal claro e muito importante do trabalho em equipa para uma resposta social em rede mais abrangente, com maior capacidade de resposta. Já as nossas Juntas de Freguesia veem as suas verbas reforçadas, em especial nas despesas de capital, essenciais para a capacidade de investimentos próprios. Por tudo isto, é um sinal claro que o Município aposta claro na continuidade, sim, mas também no reforço destes importantes apoios, olhando para todos como parceiros. Gostaria também de destacar um ponto que falamos, o programa de Habitação Mais que ainda vai ser apresentado, neste primeiro trimestre, é verdade, mas é um plano para uma estratégia local de habitação para este mandato autárquico. O problema habitacional é um problema que todos nós assumimos como um problema muito grave, embora as estratégias para o resolver divergem muito na sua ação, com opções políticas diferentes e claras, como é nossa. Estamos perante um orçamento equilibrado, cuja execução será sempre o seu maior desafio. Digo isto, porque muito da não execução de um plano e orçamento está associado a fatores externos, na qual o Município não tem responsabilidade direta. Concursos desertos, situações a aguardar decisões judiciais, atrasos na contratualização do Portugal 2030, entre outros, poderá prejudicar a execução deste documento. Esperamos que tudo corra bem, porque este é sem dúvida, o orçamento para o Luís trabalhar.”

Vogal Diogo Nuno Pereira Gomes (IL) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [23](#)

“Gostaria de abordar a questão da transformação digital e da simplificação administrativa, porque digitalizar não é só criar páginas webs novas e tornar formulários em papel numa página web. Aqui a questão toda é: é preciso reformular processos; é preciso modernizar muitas das coisas que devem se traduzir em simplificações administrativas que levam necessariamente a uma redução de pessoal administrativo. Ora, quando eu olho para o mapa de pessoal, aquilo que está lá é mais pessoas administrativas, portanto, a política de digitalização tem que ter consequências. E uma maneira de medirmos essas consequências é, efetivamente, através da redução de pessoas, que é uma eficiência do ponto de vista da Câmara. Um aspeto também muito importante, é uma frase que eu achei deliciosa, que é lutar pela redução dos valores da taxa de gestão de resíduos e das tarifas pagas à ERSUC. Ora, lutar é um termo bastante interessante, porque aqui há compromissos e há uma lei que estipula qual é a taxa que se paga. Aquilo que podemos fazer é ter uma política de redução e eu não vejo inscrito no orçamento, qual é essa medida que vai ajudar a convencer os nossos concidadãos a reduzir os resíduos. Portanto, é preciso é uma política para os nossos cidadãos, não se vai mudar as taxas. Nós gostamos imenso da proposta do AveiroInvest, congratulamos o Executivo por esta medida, no entanto, estamos a falar de uma dotação máxima de 2 milhões para um programa que diz nada. Nós estamos muito contentes com esta decisão, mas queremos ver o que é que isso consiste, vamos dar aqui um crédito. Uma pergunta que muitos cidadãos, como este, nos falam e nós gostamos de dar a voz aos cidadãos é a piscina municipal. A piscina municipal

nós entendemos que é extremamente importante, mas eu gostava de ver clarificado aqui, se será uma piscina de dimensão olímpica? É muito importante nesta altura de projeto garantir que se trata de uma piscina olímpica, evitando que os nossos atletas tenham que se deslocar para fora do concelho, às vezes fora do distrito. Um outro aspeto, também, muito importante e relevante para os nossos cidadãos é o estacionamento. Falamos de estacionamento em Cacia, mas a freguesia que tem mais necessidade de estacionamento é Esgueira. Não vi mencionado Esgueira. Era bom que estivesse no orçamento mencionado uma solução de estacionamento para Esgueira. Há um outro caso que eu quero saber se é uma metáfora ou não, que é a valorização do largo do Rossio. Eu quero saber se vamos valorizar, efetivamente, o Rossio ou isto é uma metáfora para dizer: vamos consertar a porcaria que lá está. Peço desculpa pelo inglês. Adaptação de espaço urbano às alterações climáticas, atiro esta ali ao Bruno, 61.000 euros para resolver as alterações climáticas em Aveiro? O que é que se vai fazer com 61.000 euros que estou muito curioso. A taxa que eu pedi para acabar, pelos vistos, serve para resolver.”

Vogal Matilde Cardoso Pereira Soares Machado (CHEGA) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [24](#)

“Depois da análise detalhada que já foi feita a este orçamento, importa, ao Partido CHEGA dar um passo atrás e olhar para o quadro geral. Porque mais do que números, este documento revela uma forma de estar na governação local e é essa a visão que hoje aqui queremos avaliar. As Grandes Opções do Plano e o Orçamento municipal agora apresentados confirmam uma opção política clara, a preferência pela continuidade, pela gestão tímida e pela ausência de rutura construtiva. Não se trata de um orçamento transformador, nem reformista. Trata-se um orçamento que administra o existente, gere compromissos assumidos e evita decisões difíceis. De ponto de vista ideológico, esta escolha é mais que legítima. Do ponto de vista político é insuficiente. O concelho enfrenta desafios sérios a nível demográfico, económicos, sociais, que exigiriam um orçamento mais exigente, mais focado em prioridades e menos dependente de uma lógica de manutenção da estrutura instalada. Este documento revela, também, uma visão própria do papel do Município. Um Município grande, pesado, com despesa corrente elevada e com uma confiança excessiva na máquina administrativa, como resposta para quase tudo. O Partido CHEGA tem uma visão diferente, acreditamos num Município mais eficiente, mais ágil e mais focado em resultados concretos, não em processos intermináveis. Não basta apresentar contas formalmente equilibradas. Governar bem, não é fechar o ano com números certos, é garantir que esses mesmos números correspondem a decisões acertadas. E é aqui que este orçamento falha, falta-lhe hierarquização de prioridades, falta-lhe coragem política para rever opções passadas e falta-lhe ambição para preparar o futuro. Também sentimos ao longo de todo o documento, uma excessiva distância entre o discurso e a exigência. Fala-se de objetivos, de intenções e de estratégias, mas cobra-se pouco, mede-se pouco e avalia-se ainda menos. Para o CHEGA, esta cultura política não serve os interesses dos contribuintes, nem do concelho. O Partido CHEGA defende uma política autárquica assente em 3 pilares simples: o rigor na despesa pública; o respeito por quem trabalha e paga impostos e a responsabilização política clara por cada decisão tomada. E

este orçamento não responde plenamente a nenhum destes critérios. Por isso, a nossa posição é coerente e responsável. Não acompanhamos este documento, não por demagogia nem por oposição gratuita, não pensem, mas porque acreditamos que Aveiro e os aveirenses merecem mais exigência, mais verdade e mais ambição na forma como são governados. Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, a nossa abstenção é um aviso e a desculpa de heranças tem prazo de validade. Quando este prazo acabar, os aveirenses vão exigir mais do que este Executivo e o Senhor Presidente hoje nos propõem. Vão exigir decisões, coragem e resultados, vão exigir essencialmente futuro para Aveiro.”

Vogal Ana Maria da Cunha Loura Oliveira (CDS-PP) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [25](#)

“Assumo a palavra para partilhar uma reflexão sobre aquele que deverá ser o pilar estruturante do desenvolvimento do nosso concelho e que a mim, me diz particularmente respeito, a política educativa da Câmara Municipal de Aveiro. Congratulo-me com o facto de este Executivo reafirmar que a educação vai continuar a ser a área de máxima prioridade da atividade da Câmara Municipal de Aveiro. Numa política de continuidade materializada em investimento de requalificação, manutenção e mesmo construção de novas escolas, como por exemplo, a construção da nova Escola Homem Cristo e a urgente requalificação da Escola de Esgueira, Jaime Magalhães Lima, este Executivo dignifica a comunidade escolar. Todavia, o mérito deste GOP estende-se para além do edificado. É imperativo enaltecer o programa da ação educativa, o PAEMA, programa que, não estando perfeito, assegura uma rede de suporte social robusta, garantindo a equidade no acesso ao saber. É de salientar, também, o êxito das atividades do desporto escolar nas diversas modalidades que conduzirá à participação desportiva de jovens em idade escolar. Aveiro distingue-se, ainda, pela capacidade de integrar a tradição, com a modernidade. O reconhecimento internacional no âmbito da inovação europeia e o sucesso do projeto STEAM CITY demonstram que estamos na vanguarda da preparação das novas gerações para a economia do conhecimento. Este rigor é igualmente visível na responsabilidade ambiental, com o exemplar desempenho no programa Eco Escolas e na valorização do esforço individual, através dos prémios de mérito escolar. Em suma, a política educativa deste Município é um exemplo de boa gestão pública, estratégica, inclusiva e focada na excelência. Estamos a construir hoje com rigor, o investimento, o capital humano que liderará o Aveiro de amanhã. Gostaria também de deixar uma pequena nota sobre o regresso da FARAV, que fará com certeza muito felizes os nossos artesãos. Sempre foi um evento de grande envergadura que voltará a projetar de forma muito positiva a nossa cidade, trazendo artesãos e visitantes de todo o país e até além-fronteiras.”

Vogal Catarina Maria Dias Pinheiro Peralta Feio (PS) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [26](#)

“Ao nível da habitação, aquilo que nos é proposto nas Grandes Opções do Plano para 2026 é, essencialmente, a intenção de fazer mais um plano. As linhas gerais para esse plano estão aqui apresentadas nas GOP, não assumem responsabilidade da Autarquia de

aumentar o seu parque de habitação pública. Não apresenta propostas para o curto prazo e continua a delegar apenas no privado respostas para a crise da habitação. Importa recordar que, há cerca de 8 meses já foi aprovado nesta Assembleia uma estratégia local de habitação, diga-se tarde demais, para recorrer ao financiamento do PRR, mas mesmo assim foi aprovada. E quando analisamos aquilo que agora se propõe, verificamos que na prática pouco ou nada se altera. A única novidade parece ser a intenção de aquisição de terrenos, após tantos anos a alienar património municipal e de disponibilizar uma bolsa de terrenos para construção. Uma medida que, sendo concretizada, apenas vai beneficiar privados e os agregados com capacidade financeira para construir habitação própria. O que, seguramente, não será neste mandato que será concretizado, nem terá impactos reais a curto prazo para as famílias e para os jovens do Município. Diz que a habitação é uma prioridade, mas não apresenta sequer 3% do valor das GOP definidas pelo Executivo. O PSD e o CDS, nas últimas duas décadas, não apresentou soluções e agora continua na mesma trajetória de falta de ambição. Nas GOP apresentam as linhas para o plano Habitação Mais, mas podia antes de ser Habitação Mas. Habitação, mas sem apostar na habitação pública. Habitação, mas legando apenas no mercado privado. Mas sem uma estratégia a curto e médio prazo. Mas ignorando as necessidades dos estudantes deslocados. Mas sem respostas para as famílias. E, cerca de 40% das famílias em Aveiro não consegue pagar uma renda no mercado atual, mesmo nos imóveis mais acessíveis. E a classe média já enfrenta dificuldades reais a aceder à habitação. Esta é uma das conclusões do plano municipal de habitação e alojamento que esta Assembleia aprovou. Nós perguntamos, onde estão as propostas para apoiar estas famílias? Sabemos que a crise da habitação é um fenómeno internacional, mas também sabemos que as respostas são, inevitavelmente, locais. Não pode existir uma desresponsabilização da autarquia num problema que afeta quem vive, quem trabalha e quem gostaria de continuar a viver em Aveiro. Por isso, o Partido Socialista pergunta o porquê da inação? Estaremos perante falta de vontade política? Entendemos que esta proposta não é suficiente. Devemos ser alternativa para, finalmente, se começar a resolver de forma estruturada os problemas de habitação em Aveiro.”

Vogal Armando Oliveira Peres (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [27](#)

“Hoje fomos chamados para debater o plano e orçamento para o nosso Município. Este orçamento é um orçamento arrojado e auspicioso. Este orçamento traduz orçamento financeiro. Existem obras não executadas, por exemplo: obras do pavilhão, obras do Conservatório e o Aveiro-Águeda. As duas primeiras foram objeto contestação, obras essas que tiveram de ser suspensas em virtude de uma oposição. O eixo Aveiro-Águeda é um projeto aprovado, não executado, porém, vai arrancar em breve. Por isso, Aveiro encontra-se em movimento. Este é o desejo de todos os aveirenses. Faço um apelo e, por isso, para terminar, deixem governar quem ganhou as eleições da nossa Câmara Municipal. Não é com esta arrogância, que nós temos aqui assistido, é preciso dar tempo para que as pessoas possam executar, porque não deixa de ser um orçamento, que é arrojado, mas um orçamento sério e que é para ser cumprido.”

Vogal Nuno Teixeira Lopes Tavares (CHEGA) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [28](#)

“Eu não ficaria com a minha consciência, se, imaginando que estou a interpretar o sentimento de todos, não exprimisse a minha dor e a minha solidariedade para depois no fim de uma semana altamente trágica para Portugal não manifestasse aqui o meu desgosto e a minha solidariedade para com as pessoas atingidas e que sofreram e, ao mesmo tempo, o meu agradecimento para todas as forças de segurança e que trabalharam na tentativa de recuperação de uma situação realmente particularmente grave e dolorosa. Então, tenho que guardar para outra Assembleia, porque eu não ia referir-me em geral ao orçamento, na medida em que isso já foi visto pelos meus dois colegas, mas sim, a aspetos muito concretos e muitos específicos da vida da cidade e do concelho.”

Vogal Ana Carlota Teixeira Lopes Ferreira Braga (CDS-PP) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [29](#)

“O grupo do CDS-PP congratula a ação deste Executivo em apoiar e estreitar os laços com a Universidade de Aveiro, este órgão tão importante para o desenvolvimento, para o rejuvenescimento da cidade, que forma cidadãos, que qualifica recursos humanos e que promove a investigação. Relacionado com elas, consideramos pertinentes os três pontos: inovação; a saúde e a cultura. Quanto à inovação, observamos um investimento na desburocratização e na transparência através de Aveiro Tech City e com a parceria com a UA para o digital. Aliás, acabei de receber uma notícia sobre a oportunidade que a Universidade de Aveiro terá em recuperar digitalmente 400 artigos históricos, portanto, isto também significa imenso para o desenvolvimento da cidade e para a preservação do nosso património histórico e claro, promover pessoas qualificadas. Quanto à saúde, que é um pilar do desenvolvimento e da qualidade de vida do nosso Município, consideramos pertinente o apoio que será dado à reitoria no desenvolvimento do projeto do centro académico clínico e a parceria, no âmbito do funcionamento do curso de Medicina, para promover mais profissionais de saúde e a investigação nesta área tão relevante, assim como a construção do futuro Hospital Trofa Saúde. Por fim, a cultura também algo tão importante para a cidade, para o Município, esperamos que continue a ser uma aposta forte, que não tenha ficado apenas pela Capital Portuguesa da Cultura e realmente vemos um investimento de qualidade, fazendo parte da rede, lá está a Universidade de Aveiro, neste caso que tem tantos núcleos académicos relacionados com a cultura. Por isso mesmo, o CDS gostaria de felicitar a Câmara e de confiar, a este Executivo, estas ações de parceria entre a Universidade e a Câmara, pelo desenvolvimento de todo o Município.”

Vogal Rosa Maria Tavares Santos Aparício (PS) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [30](#)

“É com insatisfação que constatamos a não contemplação de 18 das 19 propostas apresentadas pelo Partido Socialista para as Grandes Opções do Plano e Orçamento. Essas propostas, que representam apenas 1% do orçamento municipal, poderiam dar respostas concretas a problemas reais dos cidadãos, assim como do território. Damos

como exemplo o programa municipal de incentivo à natalidade, mais crianças, mais Aveiro, que, ao contrário do que foi afirmado pelo Senhor Presidente da Câmara, não se trata de mais um subsídio a ser entregue à entrada da maternidade. É um incentivo dirigido a casais que acabaram de ser pais, muitos deles jovens em início de vida a dois, em início de vida profissional, em fase exigente e financeiramente difícil da vida familiar. Apoiar a natalidade é promover a fixação de famílias em Aveiro. Ignorar esta proposta é ignorar uma realidade demográfica que deveria preocupar-nos a todos. Outro exemplo é o programa de acesso aos serviços públicos para todos com transporte a pedido. Existem cidadãos, idosos, pessoas sem retaguarda familiar e doentes que, por falta de transporte, ficam sem acesso a serviços públicos importantes, assim como perdem consultas, exames, tratamentos médicos essenciais com impacto grave na sua saúde. A conhecida dificuldade de resposta por parte dos bombeiros, assim como as limitações várias das empresas privadas estão identificadas. Garantir transporte, não é, portanto, um luxo, é mesmo uma necessidade. Por fim, a ampliação do Hospital de Aveiro. Em outubro de 2024 foi lançado o concurso, no entanto, no Orçamento de Estado para 2025 e no de 2026, não existe qualquer referência a investimento. E, apesar das promessas feitas pelo atual Primeiro-Ministro em Aveiro, na campanha do então candidato da Aliança Aveiro, quando afirmou e cito: espero que quando tomares posse, enquanto Presidente da Câmara, isto já esteja mesmo em fase de obra. Na verdade, o que deveria ser uma prioridade estratégica, traduziu-se numa falsa promessa eleitoral. Mas queremos acreditar que este Executivo tem algum peso político junto do Governo. Perguntamos se o Senhor Presidente questionou alguma vez o atual Governo sobre a razão pela qual a ampliação do Hospital não foi contemplada em nenhum Orçamento de Estado? Se sim, partilhe com esta Assembleia e com os aveirenses o porquê da não contemplação. E se os 30 milhões de euros destinados à ampliação do Hospital de Aveiro, herança do Governo do Partido Socialista através do PORTUGAL 2030, ainda se encontram cativos para a obra de ampliação do Hospital? As obras não se fazem com discursos, fazem-se com vontade política e com compromisso institucional. Estamos a falar de pessoas, de saúde e de dignidade humana.”

Vogal Leonardo Emanuel Cristino Maio (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [31](#)

“O Orçamento e as Grandes Opções do Plano, que hoje apreciamos, refletem uma visão clara para Aveiro, assente num princípio simples, responder às necessidades reais das pessoas, trabalhando para a sua felicidade com responsabilidade social, financeira e ambição. É um documento de continuidade que olha bem para o presente e também para o futuro do concelho. Queremos destacar, desde logo, a aposta contínua na juventude e na sua fixação em Aveiro. A modernização de todo o parque escolar mantém-se como uma prioridade estratégica, porque investir na educação é investir na igualdade de oportunidades e no desenvolvimento do território. Na área da habitação, este orçamento dá passos concretos. A reabilitação de fogos devolutos, a aquisição de terrenos e a promoção de uma estratégia habitacional distribuída pelas freguesias, permitirão criar mais oferta e aliviar a pressão sobre o centro da cidade, contribuindo para a redução dos preços e para um crescimento geográfico mais equilibrado. Destacamos também o

estímulo ao investimento privado na construção de mais residências universitárias noutras zonas da cidade, criando melhores condições para oferecer alojamentos a estudantes a preços acessíveis e reforçando Aveiro como uma cidade universitária, atrativa e competitiva. Este é igualmente um orçamento que ouve a população. As melhorias nas calçadas e passeios, que já são visíveis, vão continuar, tal como o urgente e necessário reforço do estacionamento público, que se ouve todos os dias os aveirenses a pedir mais. Por fim, importa sublinhar que este processo não foi fechado sobre si próprio. Houve abertura ao diálogo e foram considerados contributos de outras forças políticas num exercício democrático que enriquece as decisões e melhora as soluções. Estamos, por isso, perante um orçamento responsável, exequível e alinhado com a estratégia que os aveirenses sufragaram e que merece o nosso voto favorável.”

Vogal João Manuel Ferreira Ribeiro (PS) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [32](#)

“A política social do Município não se compraz com a complacência estatística, nem com o brilho fátuo da propaganda institucional. Mede-se menos por enunciadas intenções e mais pela clareza da estratégia, pela definição de metas e pela coragem de assumir responsabilidades. Quando esses elementos falham, não estamos perante política pública, estamos perante gestão avulsa da exclusão. Aveiro gosta de se comparar com as cidades europeias mais avançadas, pois fazamos então essa comparação com rigor. De acordo com a OCDE e com as orientações reiteradas da Comissão Europeia, em matéria de coesão social urbana, as políticas sociais urbanas eficazes assentam em três pilares: planeamento estratégico; indicadores de desempenho e avaliação de impacto. Nenhum destes pilares se encontra solidamente consagrado na política social municipal que hoje analisamos. Nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026, o que se descortina na área do apoio social é uma estratégia que soçobra na ambição de transformar estruturalmente a vida dos aveirenses. Enquanto as mais avançadas metrópoles europeias utilizam sistemas de antecipação preditiva de risco sociais, Aveiro entrega-nos um instrumento que se limita a mapear a carência já instalada. Estamos perante uma gestão reativa que confunde a mitigação da pobreza com a sua erradicação. Esta estratégia denuncia uma fragilidade sistémica, excessiva dependência de terceiros. O município delega quase, exclusivamente, nas IPSS a execução das políticas sociais, tornando o serviço público refém da capacidade logística das entidades privadas. Aveiro opta por uma subcontratação da solidariedade, que desonera o Executivo da sua responsabilidade primacial e dissolve a ideia de serviço público como dever indelegável do poder democrático. É institucionalmente perturbador a forma como este Executivo encara que as próprias GOP apelidam de flagelo das pessoas em situação de sem-abrigo. É inadmissível que numa cidade que esgrime o galardão de TECH CITY, o apoio a estes cidadãos se resuma a programas de integração na comunidade, sem uma base habitacional pública sólida, imediata. Vemos um Executivo que se enternece com estatísticas protocolos, enquanto os nossos concidadãos, sem teto, continuam a ser meros figurantes invisíveis na cidade inteligente. Onde está a inovação tecnológica, quando o Município falha no mais básico imperativo ético de retirar quem dorme ao relento da

indignidade absoluta? Não basta reforçar a intervenção, é preciso a coragem de assumir que cada noite de um aveirense na rua é uma derrota retumbante deste Executivo. Igualmente grave a insensibilidade e o alheamento deste Executivo face ao apoio social dos nossos jovens munícipes que ingressam no ensino superior. É confrangedor observar que, enquanto concelhos vizinhos souberam capitalizar os recursos do PRR para erigir residências universitárias públicas, o Executivo optou pelo alheamento deliberado. Aveiro não recorreu ao PRR para este fim, nem construiu uma única residência de cariz municipal. O que este Executivo apresenta, com indisfarçável ligeireza, é um mero acompanhamento de um investimento privado, num terreno alienado pelo Município junto ao seminário. Essa estrutura, dada a sua proximidade ao Hospital e aos valores de arrendamento que a lógica do mercado ditará, de universitária pouco terá. Arrisca-se a ser antes uma residência Hospitalar para quem a pode pagar, excluindo liminarmente os estudantes de poucos recursos. Aveiro esquece quem estuda, ignorando que a verdadeira coesão social se faz garantindo que o mérito não é travado pela conta bancária da família. A ação social não é um mero paliativo assistencialista é o instrumento que garante que todos os jovens, independentemente da condição económica das suas famílias, tenham a liberdade real de escolher o seu futuro e que o talento nunca seja derrotado pela carteira dos pais. É isto que transforma a educação em verdadeiro elevador social. Esse é o compromisso de quem governa para o futuro. O Senhor Presidente da Câmara recordou recentemente, em palavras suas, com a nostalgia de quem nasceu sob o signo da vocação, que em criança apreciava visitar as obras para as fiscalizar. É uma imagem de uma infância singular, quase idílica. Contudo, convém recordar que muitos outros jovens aveirenses desprovidos de tais lares também frequentavam as obras, mas não para as fiscalizar, frequentavam-nas para trabalhar, abandonando precocemente os seus estudos, para garantir o sustento familiar. É para estes e para seus filhos que hoje aspiram à universidade e não encontram teto público em Aveiro, que este orçamento é mudo e cego. O futuro não se compadece com um pagamento a tempo e horas, como se isso fosse o ápice da virtude política. Pagar a tempo e horas, não é visão política é competência burocrática. E se é isso que define este mandato, então está a confundir governar com gerir o básico. Uma cidade não se transforma com o mínimo, transforma-se com coragem. Exige-se um apoio social que não seja apenas um somatório de subsídios, mas um catalisador de liberdade e de igualdade de oportunidades. Aveiro merece mais do que ser uma cidade tecnologicamente avançada nos seus drones catitas, mas socialmente alheia ao futuro académico dos seus filhos. Senhoras e Senhores Deputados, sem estratégia, sem metas quantificadas e sem indicadores públicos de desempenho não existe política social desse nome, existe apenas a administração rotineira da desigualdade. Aveiro merece mais que isso.”

Vogal Emília Cristina da Cunha Gonçalves (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [33](#)

“Após a análise do documento que hoje discutimos, gostaria de salientar três pontos essenciais que me merecem particular destaque. E primeiro lugar, a habitação a custos controlados, essencial para garantir o acesso das famílias à habitação digna, a

estabilidade do mercado habitacional e a fixação da população nas freguesias. Em segundo lugar, a aposta no investimento público estruturante, em particular na área dos transportes, cuja qualidade e fiabilidade são determinantes para a coesão territorial e para o acesso das populações a serviços essenciais. Em terceiro lugar, a importância da delegação de competências nas Juntas de Freguesia, enquanto instrumento fundamental para uma governação de proximidade mais eficaz e mais ajustada às realidades locais. No âmbito da área da habitação, considero importante sublinhar e valorizar a intenção do Executivo de em 2026 aplicar, de forma vinculada, a estratégia local de habitação recentemente aprovada. Trata-se de um instrumento estruturante, orientado para o reforço efetivo da oferta habitacional, para a melhoria do acesso à habitação e para a promoção de condições de maior equidade e estabilidade no mercado habitacional do concelho, com impacto em todas as freguesias. A questão da habitação é hoje um dos principais desafios sociais e territoriais que enfrentamos. A dificuldade no acesso a uma habitação condigna e a custos comportáveis afeta diretamente famílias, jovens, trabalhadores e idosos, comprometendo a fixação de população, a renovação geracional e o desenvolvimento equilibrado do território. Por isso, é fundamental que esta estratégia se traduza, de forma concreta, no aumento da oferta da habitação, na mobilização do parque habitacional existente e no reforço dos apoios às famílias, tal como está previsto. Mas é igualmente essencial que este esforço chegue de forma efetiva às freguesias, garantindo que nenhuma fica para trás. A habitação a custos controlados assume aqui um papel central. Para muitas freguesias é a única resposta capaz de permitir que os seus residentes permaneçam no seu território e que novos agregados familiares se possam fixar. Sem soluções habitacionais acessíveis, arriscamos transformar as freguesias em territórios envelhecidos, descaracterizados e socialmente frágeis. No caso concreto da freguesia de São Jacinto, importa destacar a existência de terrenos do Estado que poderiam ser direcionados para projetos de habitação a custos controlados. Trata-se de uma oportunidade concreta que merece ser analisada e enquadrada no âmbito da estratégia local de habitação, em articulação com o Município, o Estado e, naturalmente, a Junta de Freguesia. A proximidade das Juntas permite identificar necessidades reais, perfis das famílias e soluções adequadas à escala do território. A habitação não é apenas uma política sectorial, é uma condição essencial para a fixação da população, para a vitalidade das freguesias e para um concelho mais equilibrado, inclusive. A aposta deste Executivo, de forma séria e consistente, na habitação acessível é investir no futuro do território e das pessoas que nele vivem. No que concerne aos transportes, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de São Jacinto, considero fundamental intervir também no que respeita ao investimento e acompanhamento, tal como mencionado, do funcionamento dos transportes públicos, em particular no caso dos transportes marítimos, que são absolutamente essenciais para a mobilidade da nossa freguesia. Os transportes públicos não são apenas uma questão operacional, são fator decisivo de coesão territorial, de igualdade de oportunidades e de acesso a direitos básicos como o trabalho, as escolas, os cuidados de saúde e os serviços públicos. Em territórios com características específicas, como São Jacinto, esta realidade assume uma importância ainda maior. É por isso relevante sublinhar e valorizar o investimento que o Município prevê realizar no âmbito da operação

dos transportes marítimos, nomeadamente a qualificação dos dois cais batelões do Forte da Barra e de São Jacinto, bem como o lançamento do concurso de conceção e construção de dois novos cais batelões. Este investimento é estruturante. A criação de infraestruturas com condições técnicas e de segurança adequadas para a atracação das lanchas Dunas e Transria é determinante para melhorar a fiabilidade do serviço, reforçar a segurança de passageiros e tripulações e garantir maior regularidade na operação. No entanto, importa também destacar que o investimento em infraestruturas deve caminhar lado a lado com acompanhamento próximo e permanente do funcionamento do serviço. Neste acompanhamento, as Juntas de Freguesia têm um papel decisivo. Pela sua proximidade à população, são frequentemente as primeiras a identificar problemas no terreno e a recolher contributos úteis para a melhoria do serviço. Neste sentido, reitero a total disponibilidade da Junta de Freguesia de São Jacinto na procura de soluções que visam suprimir os transtornos atuais. Sei do cuidado especial que o Senhor Presidente da Câmara e do seu Executivo tem para com a questão dos transportes e deposito neste Executivo a confiança para que as situações, como, por exemplo, do dia de hoje, em que impera a desinformação se tornem nulas. Apostar nos transportes públicos e em particular nos transportes marítimos é apostar num concelho mais coeso, mais equilibrado e mais justo. É esse o caminho que importa continuar a trilhar com diálogo, responsabilidade e compromisso com as pessoas. Enquanto Presidente de Junta da Freguesia de São Jacinto, quero deixar uma palavra clara de apoio à Câmara Municipal no que respeita ao caminho que tem vindo a ser feito no âmbito de delegação de competências nas Juntas de Freguesia. Registo de forma positiva o aumento do valor afeto à delegação de competências. Este reforço constitui um sinal político importante que deve ser entendido como um primeiro passo num caminho de um financiamento mais justo e proporcional às competências transferidas para as Juntas de Freguesia. Acreditamos que a descentralização de competências é um instrumento fundamental para aproximar o poder da decisão das populações. As Juntas de Freguesia são o primeiro ponto de contacto dos cidadãos com a administração pública. Conhecem o território, as pessoas, os problemas concretos e as soluções possíveis. Por isso, quando devidamente capacitadas, podem responder de forma mais rápida, eficaz e ajustada às realidades locais. A delegação de competências não deve ser vista como uma transferência de responsabilidades, sem meios, mas sim como uma parceria entre a Câmara Municipal e as Juntas, assente na confiança institucional, na cooperação e na partilha de objetivos comuns. Quando este princípio é respeitado, todos ganham, o Município, as freguesias e, sobretudo, a população. No caso concreto de São Jacinto, uma freguesia com características territoriais e logísticas muito específicas, esta proximidade é ainda mais relevante. A possibilidade de intervenção direta da Junta em determinadas áreas, permite uma resposta mais célere a problemas quotidianos que, de outra forma, tendem a arrastar-se no tempo. Por isso, importa reforçar que a delegação de competências deve ser acompanhada dos meios técnicos, financeiros e humanos adequados, garantindo que as Juntas possam exercer essas competências com eficácia, responsabilidade e transparência. Só assim este modelo cumpre verdadeiramente o seu propósito. A Junta de Freguesia está disponível para continuar a colaborar de forma leal e construtiva com a Câmara Municipal, contribuindo para o modelo de governação local

mais próximo, mais eficiente e mais justo para todos. A descentralização bem-feita, não fragiliza o Município, fortalece-o e fortalece também a democracia local ao dar voz e capacidade de resposta aos territórios.”

Vogal João Paulo de Moraes Sarmento Costa (PS) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [34](#)

“Aveiro é frequentemente apresentada como um exemplo de modernidade, dinamismo e qualidade de vida. Mas uma cidade não se constrói apenas com imagem, nem se governa com eventos ou fotografias. Uma cidade mede-se pela forma como cuida das suas pessoas, da sua qualidade de vida e pela sua democracia. E quando as decisões se afastam dos cidadãos, quando a participação é tratada como formalidade, não como compromisso, é precisamente aí que este Executivo manifesta as suas maiores fragilidades. Falha, desde logo, aos jovens, jovens que aqui estudam, que aqui se qualificam na Universidade de Aveiro e que depois são empurrados para fora do concelho por falta de condições para aqui se fixarem. Falamos de rendas incomportáveis e de salários que não acompanham o atual custo de vida. Uma realidade que este Executivo parece ter normalizado. As políticas de juventude continuam, no entanto, excessivamente centradas em conhecimentos pontuais e discursos otimistas sobre o futuro, sem debatermos uma estratégia integrada que articule emprego, habitação, participação cívica e sustentabilidade ambiental. Para nós jovens, a sustentabilidade não é uma moda, nem é um slogan, é mesmo uma condição necessária para o nosso futuro. Queremos cidades com mobilidade sustentável, com transportes públicos eficazes, com mais espaços verdes e com políticas ambientais sérias e coerentes. Queremos viver num município que não comprometa o amanhã em prol do agora. O que nós gostaríamos mesmo era ver o plano municipal da ação climática, que este Município foi obrigado a elaborar pela Lei de Bases do Clima, aprovado em 2021 na Assembleia da República, posto em prática garantido um município verdadeiramente sustentável, ecológico e verde, com mobilidade sustentável e com ciclovias dedicadas em todo o concelho, principalmente nas principais infraestruturas como as escolas, a universidade e fazendo jus ao nome, a cidade da BUGA. Falha também na política de habitação, um dos problemas mais graves do concelho, como já foi aqui dito. A pressão turística, o crescimento do alojamento local e a ausência durante demasiado tempo de uma estratégia rigorosa e séria de habitação, tornaram Aveiro uma cidade difícil para quem cá trabalha, estuda e quer constituir família. Falamos em residências universitárias, vocês construíram zero, assim como os anteriores executivos. Residências essas para estudantes que poderiam, por exemplo, ter em conta o exemplo da cidade de Braga. Aliás, desbaratámos um terreno que poderia ser parte da solução e que agora está entregue aos privados, servindo os que mais têm condições para pagar um quarto. Estamos focados a transformar Aveiro numa cidade bonita para visitar, mas cada vez menos possível para habitar. E uma cidade que não consegue fixar os seus jovens, está na prática a abdicar do seu futuro. Mas este Executivo não falha apenas aos jovens, falha igualmente aos nossos idosos, pessoas que trabalharam uma vida inteira que ajudaram a construir o nosso país e este Município e que hoje enfrentam o isolamento, a solidão e a dificuldade no acesso a serviços básicos. Faltam respostas de proximidade, faltam apoios domiciliários, faltam transportes

verdadeiramente acessíveis, falta uma rede de passeios e espaços públicos pensados com pessoas com mobilidade reduzida. E quando se acelera a digitalização, a inovação e se transforma a vida do nosso Município, pouco ou nada se faz para garantir que ninguém fica para trás. A modernidade não pode ser uma barreira. Um município verdadeiramente desenvolvido é aquele que avança sem excluir. No panorama distrital, Aveiro fica muito aquém do que se faz em matéria de políticas para a população sénior. Precisamos de medidas concretas que promovam o ‘aging in place’, isto é, condições para que os nossos mais velhos possam envelhecer em casa. Precisamos de equipamentos capazes de responder aos desafios desta faixa etária como, por exemplo, laboratório de envelhecimento ou fórum da maioria criado num município vizinho e que se foca no envelhecimento ativo da população. Mais grave ainda é a ausência de uma visão intergeracional. Jovens e idosos são tratados como problemas separados quando deveriam ser parte da mesma solução. Falta uma estratégia clara que promova o encontro de gerações e que valorize a experiência de uns e a energia de outros, que combata o isolamento e reforce a coesão social. Este Executivo governa muitas vezes de costas voltadas para os cidadãos. Investe-se muito na imagem, na montra, no curto prazo, investe-se pouco no quotidiano das pessoas, nas desigualdades sociais e na nossa coesão territorial. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, não há política de juventude sem habitação acessível. Não há envelhecimento digno sem cuidado de proximidade e respeito. Não há cidade viva sem quem nela possa viver. Aveiro precisa de mais ambição social, mais coragem política e mais humildade democrática, precisa de um Executivo que coloque as pessoas no centro das decisões e não apenas no discurso. Menos propaganda, mais responsabilidade. Citando um dos mais notáveis escritores portugueses, José Saramago, e assumindo todos nós funções públicas, deveríamos sempre ter estas palavras presentes: somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos; sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos existir. Aveiro tem memória. O que este Executivo ainda precisa de demonstrar é que está à altura da responsabilidade que lhe foi confiada.”

Vogal Sara Raquel Pinheiro Santos Ferreira (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [35](#)

“O ano 2026 representa para Aveiro um ano de continuidade de excelente trabalho. É o ano em que continuamos a transformar planeamento em obra feita, estratégia em resultados concretos e visão em melhoria real da vida das pessoas. Com responsabilidade financeira, capacidade de captação de fundos comunitários e uma ambição clara para o concelho, estamos a concretizar um dos maiores ciclos de investimento público da história recente de Aveiro. Desde logo, avançamos com a conclusão dos projetos de execução da via panorâmica entre a rua da Pêga e a avenida Europa, a sul de Verdemilho. Uma infraestrutura, lembre-se, estruturante que melhora a mobilidade, valoriza o território e prepara para o crescimento urbano futuro. Através do PORTUGAL 2030 continuamos a modernizar Aveiro de forma profunda. Na educação, investimos nas nossas crianças e jovens com a requalificação de várias escolas básicas e jardins de infância e com a construção da nova Escola Secundária Homem Cristo, garantindo melhores condições de

aprendizagem, mais igualdade de oportunidades e um futuro mais qualificado. Na reabilitação urbana, estamos a transformar zonas históricas e espaços centrais como o Bairro da Beira-Mar, qualificando ruas, edifícios, ciclovias e áreas públicas, devolvendo à cidade, as pessoas e reforçando a sua atratividade económica e social. Apostamos também na sustentabilidade com a requalificação energética do Museu Santa Joana, a renovação do parque Infante Dom Pedro e a criação do parque urbano das Barrocas, tornando Aveiro mais verde, mais resiliente e mais preparada para os desafios climáticos. Aveiro está hoje no centro das grandes estratégias nacionais. Na cultura e na economia azul, valorizando a antiga lota, avançando com a nova ponte da eclusa e afirmando a cidade como referência ligada à Ria e ao mar. Em 2026 avançará ainda um grande investimento estratégico, o eixo rodoviário Aveiro-Águeda, que aproximará territórios e dinamizará a economia. De salientar ainda os investimentos na saúde que continuam a ser uma prioridade em prol da melhoria dos serviços que se presta à população. Estamos igualmente a requalificar profundamente o Estádio Municipal Mário Duarte, a construir o novo pavilhão, a desenvolver a nova piscina municipal, a modernizar equipamentos públicos, a valorizar os canais urbanos, a expandir os espaços verdes e a apostar seriamente numa mobilidade sustentável. Quero sublinhar, agora de forma especial, os investimentos estruturantes na Freguesia de Aradas com o desenvolvimento do Quarteirão das Artes e Cultura de Aveiro, nos terrenos do antigo Colégio Alberto Souto. A futura casa da memória no novo arquivo municipal será um marco cultural, patrimonial e urbano, afirmando Aradas como polo do conhecimento e criatividade no concelho. Saliento, ainda, o investimento que será feito na reabilitação do complexo do Carochó, um projeto com muito valor para os aradenses e para toda a cidade. De igual importância será a construção do memorial de cerâmica que muito honrará a memória viva que queremos preservar do nosso passado. Aradas congratula-se também com a requalificação da escola das Leirinhas, que beneficiará toda a comunidade escolar, principalmente, os nossos alunos que merecem estruturas dignas, para que o processo de aprendizagem seja feito com sucesso, bem como o corpo docente e não docente que prestam serviço de qualidade de excelência. Será também requalificado o largo da Capela da Quinta do Picado, uma obra que terá um enorme impacto na vida dos que moram naquela zona e na dinâmica da nossa querida Banda da Quinta do Picado que mobiliza dezenas de alunos e professores que nutrem paixão e a dedicação pela música. Saliento ainda, de uma forma geral, o forte investimento que está previsto na nossa rede viária. É uma necessidade que carece de uma vigilância ativa permanente e que deve beneficiar tanto a circulação automóvel, como também e cada vez mais a circulação pedonal e dos velocípedes. Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente, Senhores Deputados, este não é um conjunto de promessas em curso, são obras, projetos financiados e investimentos com calendário definido. Aveiro continua a crescer com planeamento, com contas certas e com uma visão que coloca as pessoas no centro das decisões. Continuamos a construir uma cidade mais moderna, mais coesa, mais competitiva e mais justa. Este é o Aveiro que transforma oportunidades em progresso e que investe no presente para garantir o futuro.”

Vogal Cláudia Maria Cruz Santos (PS) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [37](#)

“Três notas muito sucintas. Primeiro, isto é um péssimo orçamento. Como ficou aqui claro, não responde a questões essenciais em matéria de saúde, em matéria de habitação e em matéria de ação social. Devíamos votar contra, não vamos fazê-lo, porque este Executivo tomou posse há muito pouco tempo e, portanto, não vamos obstaculizá-lo já. Segunda nota, o Senhor Presidente da Câmara voltou a desqualificar o debate, não teve sequer o cuidado de preparar uma apresentação sobre um documento essencial, que é o Orçamento e as Grandes Opções. E, portanto, não sabia sequer se o documento tinha 60 ou 130 páginas. O Senhor Presidente volta a desconsiderar os aveirenses, achando que pode tratar assuntos da máxima importância para o futuro com larachas. Terceira e última nota, vieram aveirenses aqui hoje trazer assuntos, que não são assuntos particulares. O Senhor Presidente tentou desqualificá-los, dizendo que eram assuntos particulares. A questão animal e a questão das infraestruturas, em matéria de água, são questões do interesse de todos que deviam estar inscritas nas Grandes Opções e que não estão suficientemente inscritas. Esta é a casa de todos os aveirenses. Esperamos mais deste Executivo.”

Vogal Joaquim Manuel da Silva Marques (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [38](#)

“As Grandes Opções do Plano 2026 e Orçamento municipal que foram recentemente aprovados pelo Executivo Camarário estabelecem o enquadramento financeiro e operativo para a intervenção municipal ao longo deste ano. O orçamento global do Município de Aveiro para 2026 ascende a cerca de 200 milhões de euros, incluindo as despesas de funcionamento, serviço da dívida, compromissos assumidos em exercícios anteriores e os investimentos planeados. Os investimentos previstos nas GOP atingem cerca de 182 milhões ou 181 milhões de euros, refletindo peso das iniciativas estratégicas em curso e programadas para o corrente ano. Este plano decorre num quadro de continuidade de projetos estruturantes. E eu volto a repetir, num quadro de continuidade de projetos estruturantes, de consolidação de compromissos do mandato anterior e adaptação ao novo ciclo político administrativo da Autarquia que é liderado pelo Senhor Presidente, Senhor Professor Doutor Luís Souto de Miranda. Financeiramente, a proposta entregue apresenta um saldo orçamental transitado de cerca de 51 milhões de euros de obras que não foram concluídas, não foram realizadas por diversas vicissitudes. A estrutura agregada do Orçamento assenta ou evidencia os seguintes agregados principais, na minha ótica e na minha leitura. A dotação global é de 182 milhões de euros, os encargos de funcionamento são 48 milhões de euros, o serviço da dívida bancária de cerca de 4,8 milhões de euros e outras dívidas e compromissos no montante de 15 milhões de euros. As receitas, incluindo os respetivos saldos transitados, ascende aos tais cerca de 200 milhões de euros. A receita mantém uma estrutura semelhante à de 2025, com destaque para o crescimento das transferências do Orçamento do Estado que são condicionadas pela evolução da Coleta do IVA, IRS e IRC. Há, no entanto, uma novidade neste orçamento, que é a intenção de implementar, ao longo do ano 2026, a taxa turística, integrando-a na política de receitas municipais. É meu entendimento e entendimento do Partido Social

Democrata que este documento é prudente e contém em si sustentabilidade financeira. Destaca-se uma situação financeira sólida com capacidade controlada de endividamento, robustez das receitas correntes, fatores que sustentam a execução de investimentos programados e a manutenção da qualidade dos serviços públicos. Este enfoque de prudência financeira é articulado com a necessidade da concretização dos mesmos investimentos através dos apoios comunitários e apoios nacionais, nomeadamente aqueles que estão cofinanciados no âmbito do Portugal2030 que reforçam a articulação entre as fontes de financiamento e a sua respetiva execução técnica. Ressaltam aqui algumas linhas estratégicas de intervenção destas GOP. Em primeiro lugar, o reforço da coesão territorial. Um dos pilares deste plano é a coesão territorial dentro do concelho, com uma ênfase significativa na descentralização de investimentos para as respetivas freguesias. Este eixo operacional traduz-se em intervenções de carácter educativo e infraestrutural, nomeadamente a requalificação de várias escolas, a eventual construção da nova Escola Secundária Homem Cristo, a requalificação do Centro de Saúde de Aveiro, da unidade de cuidados de saúde primários de Nossa Senhora de Fátima, entre outros. A valorização de equipamentos de identidade como o Museu da Terra, o parque de campismo de S. Jacinto e outras infraestruturas desportivas e municipais. Este enfoque territorial visa reduzir disparidades entre as zonas centrais e periféricas do concelho, aproximando os serviços e equipamentos das populações e reforçando a qualidade de vida local. Um outro eixo fundamental tem a ver com a educação, cultura e o património. No domínio da educação, a qualificação de infraestruturas culturais e patrimoniais, o plano persegue a reabilitação e ampliação de diversos estabelecimentos de ensino, bem como a requalificação de equipamentos culturais como o Museu de Aveiro, Santa Joana. A cultura é reconhecida como vetor da identidade e coesão social com investimentos em programação cultural descentralizada, dinamização de espaços e apoios a eventos estruturantes do calendário municipal. Outra linha de orientação estratégica tem a ver com a mobilidade e as infraestruturas urbanas. O plano atribui prioridade à melhoria da mobilidade urbana, com especial enfoque no corredor da estação da CP, avenida Lourenço Peixinho e Rossio, onde serão desenvolvidos estudos destinados a aperfeiçoar a fluidez e a segurança de articulação modal. Além disso, está prevista a avaliação dos serviços de transportes públicos urbanos e a contratação de um plano de mobilidade urbana sustentável, visando uma abordagem integrada e sustentável à mobilidade do concelho. Um outro ponto que tem a ver com a sustentabilidade ambiental e os espaços verdes. As GOP preveem a criação e requalificação de espaços verdes de relevância municipal, como o parque Infante Dom Pedro e o parque urbano das Barrocas, que vamos ver se finalmente o vamos conseguir realizar, bem como a implementação de medidas de eficiência energética em edifícios públicos. Paralelamente, contempla-se a expansão de redes de ciclovias, áreas pedonais e a instalação de carregadores elétricos, reforçando a promoção de modos de mobilidade mais sustentável. Um outro ponto quinto que tem a ver com o desenvolvimento económico e empreendedorismo. Este documento inclui instrumentos estratégicos dirigidos à atração de investimento e apoio à atividade empresarial, do qual destaco o programa AveiroInveste, concebido para captar investimento e apoio à consolidação empresarial nas áreas industriais e empresariais do concelho. A criação de um Conselho

Municipal Estratégico reforça a articulação entre os agentes económicos, da administração municipal e os diferentes stakeholders estratégicos, promovendo um ambiente de governança colaborativa e orientada para resultados. O último eixo tem a ver com a modernização administrativa, que é um eixo que é transversal e reside na modernização nesta administração municipal, com foco na transformação digital, simplificando os processos internos de implementação de mecanismos de governança participativa e monitorização das políticas públicas. Este compromisso com a eficiência administrativa pretende incrementar transparência, agilizar serviços e promover a proximidade entre a administração e os cidadãos. Isto é um documento prático de gestão, mas também muito de política. Neste sentido, e apesar da governação ser da coligação PSD, CDS, PPM, o Executivo Municipal viu aprovado este Orçamento e GOP para 2026 através das abstenções relevantes da oposição do PS e do CHEGA durante a discussão na respetiva reunião da Câmara. No entanto, carece da votação na Assembleia Municipal, que estamos neste momento a discutir. A oposição destacou que a proposta apresenta um forte carácter de continuidade e execução de compromissos anteriores. E eu não esperava outra coisa para quem tomou a iniciativa ou tomou o governo há 3 meses e porque o Município de Aveiro é hoje um Município credível, sério, honesto e que honra os compromissos que assume. Seria estranho e teria a oposição clara e inequívoca do PSD se fosse um Orçamento e umas Opções do Plano de rutura, porque isso não aceitaríamos nunca, jamais, em tempo algum. Assim sendo, e para terminar, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026 da Câmara Municipal de Aveiro, estruturam-se como um instrumento de gestão que combina estabilidade financeira, continuidade dos projetos estruturantes, reforços estratégicos orientados para a coesão territorial, sustentabilidade, modernização administrativa e desenvolvimento económico e social do nosso Município. A abordagem adotada pela Autarquia privilegia esta execução dos investimentos em articulação com os fundos comunitários do Portugal2030 e a promoção de uma governação participativa e orientada para resultados com vista à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e ao desenvolvimento equilibrado do território. Em suma, é um documento responsável, coerente, racional e de desenvolvimento estratégico para o Município de Aveiro. Queria aqui relevar 3 ou 4 aspetos mais que têm a ver com uma comparação que já estamos aqui a falar na discussão dos relatórios de execução. Há aqui, de facto, um reforço neste orçamento, um reforço financeiro municipal, sustentado pelo saldo e isso é verdade, saldo transitado e a maior capacidade de execução. Há alguma consolidação estruturante e continuidade dos ciclos de investimento. O crescimento que é controlado, embora seja moderado, é compatível com a sustentabilidade financeira. A trajetória, que é bastante positiva na desalavancagem financeira e é importante a gente aqui referir e relevar. A elevada capacidade do planeamento plurianual e a estabilidade orçamental. A diversificação das receitas, alinhada com a dinâmica turística, é uma situação que poderá ser de algum potencial. No entanto, nem tudo é corrente, digamos assim, ou é fácil. Eu destaco aqui 3 ou 4 circunstâncias em que entendo que este plano é muito bom: a robustez financeira e a previsibilidade orçamental; o elevado volume de investimentos estruturante; a capacidade demonstrada pela Câmara para a captação de fundos comunitários; esta clara orientação territorial; de alguma forma, a continuidade

estratégica do que vinha de trás e que nos leva a concluir que Aveiro apresenta uma posição financeira sólida que reforça a credibilidade institucional e eu volto a repetir, que reforça a credibilidade institucional junto dos investidores, parceiros e entidades financeiras. No entanto, também padece de algumas maleitas, nomeadamente, uma forte dependência dos projetos que são herdados. Se por um lado é bom, por outro lado poderíamos ter aqui mais alguma iniciativa. Uma execução que está muito centralizada em grandes obras. Há um peso crescente, embora não seja significativo, mas está a aumentar e tem vindo a aumentar ao longo dos anos as despesas de funcionamento. E depois, para mim, na minha análise, aquele que me parece, de facto, mais importante que é uma limitada explicitação de métricas de desempenho ou, como nós chamamos do ponto de vista da gestão, de KPIs, o que dificulta a avaliação do impacto destas medidas. Ou seja, em termos de gestão evidencia-se uma orientação muito mais operacional do que propriamente estratégica, com um menor foco na avaliação dos respetivos resultados. No entanto, há também algumas oportunidades como a dinamização económica industrial, há um crescimento do turismo, há uma digitalização e modernização que está a ser fortemente apoiada e poderemos, eventualmente, apostar no reforço da marca territorial Aveiro. Corremos alguns riscos e o Executivo tem que estar atento e desperto para isso. Um risco de desaceleração económica nacional e europeia. As pressões inflacionistas que ocorrem na construção civil e nas obras públicas, por isso é que muitos dos concursos que são abertos ficam desertos. A dependência muito forte ainda nas decisões que são externas, nomeadamente face ao Estado central e face ao cumprimento de regras dos respetivos programas comunitários. O crescimento turístico sem a devida regulação e, eventualmente, um criar de expectativas elevadas junto da população. Este tipo de constrangimentos deve alertar e deve preocupar o Executivo, nomeadamente na sua capacidade de adaptação ao meio que nos envolve e monitorizar continuamente esta problemática.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara: [39](#)

“Começando pelo fim, Senhor Deputado Joaquim Marques, agradecemos os seus contributos, nomeadamente o alerta que faz para os riscos. É evidente que, aliás, eu há bocadinho usei essa expressão e citando: ‘que qualquer plano tem um grau de incerteza, mais ou menos elevado, e tem um risco associado’. E a realidade embate com a realidade e não há volta a dar a isso. Há acontecimentos internacionais que vão ter impacto nacional e local de grande imprevisibilidade, como já aconteceu no passado, e há variáveis que, de facto, nós não controlamos. Agora das duas uma, ou nós somos ambiciosos ou nós não somos ambiciosos, temos medo, retiramos essa ambição que vinha de trás e iniciariamos aqui um ciclo de receio permanente perante as dificuldades, perante as nuvens que, aqui e acolá, se vão instalando. Eu, muito sinceramente, fiz parte de uma maioria que tem suporte no projeto anterior e que nós somos continuidade. Que tem os seus aspetos, naturalmente, que poderiam ser melhorados, como tudo na vida, mas há uma coisa que ficou muito clara que foi a capacidade de arrojo, de coragem para enfrentar os desafios e de resiliência. Quero recordar aqui a forma como Aveiro e a Câmara Municipal

conseguiu enfrentar a crise violentíssima e que ainda deixou cicatrizes da COVID-19. Parece que já foi há muito tempo e tudo foi fácil, mas não foi nada fácil e, portanto, riscos sempre vão existir. Eu que até sou de Biologia, olha um micro, que nem se chega a ser organismo verdadeiramente, matou muita gente e deu cabo da economia e afetou muitas empresas e muitos setores que ainda hoje se ressentem. Portanto, quanto a riscos, é evidente que temos que estar preparados para isso, mas não podemos baixar os braços, temos que ter ambição, temos que ter vontade de continuar a ser uma cidade ambiciosa. Queria salientar aqui a Sara Ferreira falou-nos e salientou aqui alguns aspetos muito importantes que são às vezes detalhes, mas, como se costuma dizer, realmente no detalhe é que está muitas vezes a importância. E, portanto, não são bem detalhes, na verdade, tem uma escala, muitas vezes a nível da freguesia, mas o desenvolvimento faz-se de forma harmoniosa, ou deve-se fazer, apostamos nisso e, portanto, daí também retomamos sim investimentos que estavam previstos, por exemplo, como a Casa da Memória e assumimos essa herança como uma boa herança, por se fosse má, nós tínhamos repudiado essa herança. Não fomos eleitos num pressuposto de repudiar essa herança. As coisas foram muito claras desde o início. Portanto, estas obras vão avançar e vamos trabalhar muito para elas. A Cristina Gonçalves, nós acompanhamos S. Jacinto, nossa Presidente de Junta de S. Jacinto e acompanhamos as preocupações com a regularização dos transportes que têm que ter uma oferta adequada à população, mas nós também temos que aqui a reconhecer a evolução muito positiva que existiu e com um investimento muito considerável que foi o ferry Salicórnia. Temos um equipamento ecológico, isso já ninguém fala nisso, já não interessa nada o ser ecológico. Temos um equipamento muito confortável, muito rápido, tem por vezes as suas falhas, quero saber qual é ou o veículo das pessoas aqui que têm veículos, certamente todos elétricos, que não falhe uma vez ou outra. Tem falhas, gostaríamos que não tivesse nenhuma, mas vamos pela positiva, vamos dizer que temos ali um belíssimo equipamento que nos orgulha. Temos que trabalhar em conjunto e nós já estamos a trabalhar. Nós com o concessionário, nós estamos aqui há 3 meses, mas de tal maneira é importante que foi um dos assuntos que nós trouxemos para as conversas com o concessionário, tanto no caso particular do transporte fluvial, como em relação aos outros transportes. O Leonardo Maio tocou aqui em aspetos muito importantes e que fazem a diferença na vida das pessoas e que as pessoas estão, digamos assim, incomodadas com a situação que já existe há muitos anos, é preciso que se diga, que é degradação do espaço público, nomeadamente das calçadas, passeios e algumas ruas também. Nós estamos apostados desde o primeiro minuto que pegámos nesse desígnio como um desígnio sério. Em vez de ser algo lateral no meio desta governação toda, aqui a Senhora Deputada ficou muito, enfim, impressionada quanto ao número das páginas, ficou aqui a ouvir conversas. Ela já introduziu aqui vários elementos de novidade neste ciclo, agora é outro que é ouvir conversas que se passam aqui. Portanto, no meio destas páginas, cujo número é assim tão importante, o que importa é o conteúdo. A verdade é que há questões que nós valorizamos e, portanto, a recuperação do espaço público passou a ser para nós vista como uma urgência e com ambição. Agora, as pessoas e para quem nos vê, é importante perceber o seguinte, nós chegámos há 3 meses, nós não podemos, por força das leis da contratação pública, não é como em casa, vou mandar o Zé Manuel

arranjar-me aqui um cano. Não é assim. Portanto, existiam orçamentos em vigor, haviam plafonds que estavam já atingidos, aproveitámos ao máximo aquilo que era disponível e agora esperando a aprovação deste orçamento hoje, vamos então ser mais robustos na forma como vamos encarar, porque, sem dúvida nenhuma, continua a ser o objetivo e Leonardo e todos nós não descansaremos, mas temos a certeza que tapamos um buraco, aparece outro aqui e acolá, mas, enfim, temos ter uma capacidade de resposta, e estamos perfeitamente de acordo, muito superior em relação àquela que tem existido sobre o espaço público. Queremos melhorar, queremos melhorar as passadeiras, a sua visibilidade, a iluminação tem estado a ser, também, com muita atenção junto com a E-REDES e vamos continuar agora, naturalmente, na posse deste orçamento, assim seja aprovado com outra capacitação. O Armando Peres salientou a importância do Eixo Aveiro-Águeda, que é uma daquelas causas que tem que nos unir ou devia nos unir, em vez de usarmos para luta política local, lutazinha política. E o caso do Eixo Aveiro-Águeda, que é um deles podemos juntar com a conversa do Hospital. Todos sabemos que o Hospital não é construído pela Câmara de Aveiro. A Câmara de Aveiro fez algo muito importante que foi disponibilizar dois dos seus melhores terrenos e mais valiosos, abdicar da receita que daí viria, que era muito elevada, e colocá-los à disposição dos sucessivos Governos que, infelizmente, nenhum colocou uma primeira pedra que fosse no novo Hospital. Portanto, e estou perfeitamente à vontade, porque estou a falar de Executivos anteriores, mas é preciso sermos justos e reconhecer o trabalho que foi feito. O que é que nós podemos fazer? Podemos fazer aquilo que estamos a fazer, conversar desde logo com a administração do Hospital, que ainda na semana passada tivemos mais uma reunião para nos dar conta da novela, porque é uma novela com vários capítulos e há bocadinho referiram a questão da litigância e que eu que fico chateado com muita coisa, fico, com tanta litigância, fico mesmo. Mas vocês que gostam, então cá têm mais um bom exemplo para vocês juntarem ao portfólio que a litigância sobre o projeto do Hospital, que é isso que está a atrasar. Pronto, cá está mais uma litigância e nós devíamos ficar satisfeitos com isto. Eu não fico, não gosto de ver a minha cidade parada pela tal litigância, por mais que a lei permita. Eu sei que a lei permite. E foi assumido aqui até que, no fundo, é quase uma estratégia também juntar a política com outras formas de contestação. Enfim, já tínhamos as nossas suspeitas. Dr. Nuno Tavares, muito obrigado pela chamada de atenção, apesar de não fazer parte obviamente desta discussão, mas devemos uma palavra de solidariedade. Em Aveiro os estragos não foram muito consideráveis, felizmente, mas poderiam ter sido. A geografia da tempestade colocou-os mais a sul, sobretudo, mas a nossa solidariedade total com as forças, da ordem da proteção civil e dos bombeiros e com as equipas municipais envolvidas na gestão dos estragos da intempérie. A Carlota Braga do CDS referiu muito importante a ligação com a Universidade. Nós damos mesmo muita importância a esta ligação. Já reunimos e quando estamos a reunir não é para cumprimentos, também é para cumprimentos, mas é para avançar, para trabalhar e, nomeadamente, já com o Senhor Reitor, com a Senhora Vice-Reitora já estamos a trabalhar, por exemplo, em parcerias na área cultural, em concreto. Toda a abertura e toda a vontade evidenciada da nossa parte para prosseguirmos com avanços, nomeadamente, por exemplo, na programação cultural. E há muito mais questões com a

Universidade, algumas delas delicadas, que vêm de há muitos, muitos anos porque alguém aqui referiu as heranças. Nós somos herdeiros de muitas camadas que vêm de trás, não tenham dúvida nenhuma, é mesmo assim. E surgem-nos às vezes até casos que já vêm de vários Presidentes lá atrás no tempo. É assim, é mesmo assim. Ao contrário do que às vezes as pessoas julgam, não há um corte total cada vez que entra um novo Executivo e às vezes até dois e três Executivos. As heranças continuam. A Senhora Deputada Rosa Aparício que veio aqui lembrar a proposta do PS. Nós desafiámos e deveríamos fazê-lo para que o PS desse os seus contributos e deram e foram devidamente tidos em conta. Passou-se o seguinte, vários dos contributos com outro embrulho iam de encontro a muitas das ações que nós temos previsto. O que não está e aí tenho que dizer, é aquela proposta dos 500 euros por cada bebé, porque é assim, era simpático e então eu como Presidente da Câmara, veja lá a satisfação que me dava começar a distribuir, punha-me ali à porta da maternidade nasceu um bebé mais 500 euros. É fácil, é barato, é giro, fica bem na fotografia, mas não resolve rigorosamente nada. Haja uma pessoa e agora, Senhor Deputado João Ribeiro vamos falar, haja uma pessoa que não tenha dinheiro e que tem um bebé para comprar umas fraldas ou o que quer que seja, a Câmara Municipal está aqui para complementar uma responsabilidade que o Senhor sabe muito bem, que na área social é da parte do Governo central a grande responsabilidade. A Câmara Municipal, aqui o modelo, não há aqui drama nenhum nisto, é a vossa visão socialista que está lá dentro e às vezes por fora também, e que vocês e bem, é uma coerência e, portanto, preferiam, e foi aqui criticado este modelo como disse e cito: 'a subcontratação da responsabilidade social'. É mesmo isso, Senhor Deputado, ainda bem que o Senhor Deputado disse isso com as figuras de estilo que utiliza nas suas intervenções, nos seus escritos, a verdade é que é mesmo isto, nós somos pela subcontratação, subdelegação à sociedade civil. Sempre foi essa a matriz do PSD e do CDS. A vossa matriz e o Senhor está a ser coerente com a forma de pensar de um socialista. Ao Estado tudo, interferir na vida particular o máximo e desconfiar sempre da sociedade civil e das suas entidades. Nós sempre pensámos diferente e, portanto, logo que foi dada esta oportunidade e muito bem, o que o nosso projeto político fez foi, não Senhor. E aqui falou a questão dos recursos humanos, Senhor Deputado da Iniciativa Liberal, de facto nós não queremos engordar a Câmara com recursos humanos, o que seria claramente garantido, porque confiamos. Agora apoiamos estas instituições, ainda esta semana o fizemos, nomeadamente na vertente de recursos humanos que eles precisam. Agora também não estamos aqui para despedir, como a sua líder defendeu, despedir funcionários públicos. A Iniciativa Liberal, as pessoas já sabem, cada um faz as suas escolhas em eleições. Temos um partido que assumiu que quer despedimentos na função pública. Nós não defendemos isso e pretendemos, como aqui foi dito, melhorar as condições de trabalho dos nossos funcionários, racionalizar os recursos humanos, que é muito importante, estarem a trabalhar todos, não queremos ver ninguém a fazer o que não seja trabalhar e com motivação no seu local de trabalho, a bem do seu Município e da sua própria realização, imaginamos e é isso que nós pretendemos. Senhor Deputado Diogo Gomes, a pergunta se a piscina vai ser olímpica ou se não vai ser olímpica. O modelo que estamos a equacionar e aqui eu não posso adiantar muito nesta fase, mas o objetivo está previsto, está inscrito e

estamos a trabalhar para um modelo que pode vir a ser até surpreendente e aqui é o tal crédito que nós pedíamos e que manda a boa razão pensar assim. E responde a muitas das questões que aqui foram colocadas. Nós, e aqui também veio à colação e muito bem, o programa da nossa coligação e muito bem, porque todos nós temos na nossa secretária, está lá que até uma revista muito bonita e aconselhamos sempre a ler e não tenha dúvidas, só que o programa não foi para um ano, há só esse ligeiro pormenor que muda tudo. Nós estamos no ano do arranque e é por esse motivo que, neste ano do arranque, vocês não podem estar, como aqui foi dito por exemplo, o nosso Deputado João Paulo Morais Sarmiento, que nos acusou, pasme-se, 'vocês não construíram zero em três meses'. Eu gostava de saber Senhor Deputado vocês construíram zero, foi o que disse. Então, mas o Senhor acha ou alguém lhe disse que se constrói em três meses. É preciso instalar, tomar posse, saber onde é que as coisas estão, os serviços. Há de me dizer uma casa que seja, às vezes nem uma casa de banho e o Senhor estava à espera que em três meses, nós construíssemos. Não, Senhor Deputado. E agora respondendo a outros, nem num ano, sejamos realistas todos. Vamos então pensar no seguinte. Sabemos todos que num ano não se vai construir absolutamente nada daquilo que os Senhores estão a exigir para este orçamento de 26. Sejam realistas, acordem para a realidade e não sejam demagogos, que é aquilo que os Senhores são, uns tremendos demagogos. Não há dúvida nenhuma, porque as Senhoras e os Senhores sabem muito bem que em um ano não vão, nem seria honesto. E aqui Senhores Deputados, o que está aqui nas tais páginas todas do livrinho é um orçamento honesto, tem riscos, como foi salientado, chegaremos lá depois no final do ano para ver execução, mas não se põe aqui a prometer aquilo que nós sabemos que é impossível. Portanto, aquilo que está aqui previsto e aqui o nosso Vice-Presidente também pode aqui complementar na questão da habitação, porque foi suscitada e é o seu pelouro, mas aquilo que está aqui consubstanciado é uma aposta muito clara na habitação sim, mas de forma honesta, realista e não demagoga, que é aquilo que vocês fazem permanentemente. Vocês num ano iam construir bairros e bairros por aí fora. Isso não é possível, portanto, estão aqui consagrados instrumentos que vão permitir que se comece a construir e, como sabem é preciso os terrenos, os licenciamentos, quando é o caso, os projetos, muitas vezes os estudos urbanísticos. Enfim, não vale a pena aqui a dizer todos os passos, contando que as coisas sigam os seus trâmites normais, não contando com todas as tais litigâncias que vocês tanto acham graça. Algo importante foi aqui referido que foi o estacionamento de Esgueira, obviamente que é uma questão, Senhor Deputado Diogo Gomes, novamente, estamos perfeitamente de acordo e estamos a trabalhar e temos trabalhado para isso, para encontrar uma solução, não só em Esgueira, como também aqui no centro. Há aqui situações que estão identificadas, agora quanto ao Rossio, atenção. O Rossio é um excelente, um esplêndido projeto, que já não é projeto é uma realidade, tem um parque de estacionamento que é dos melhores do país, tem uma praça de eventos que tão contestada foi e já se percebeu em tão poucos anos já a mais-valia que é ter aquela praça, agora precisa de melhorias, assim como outros eixos. E cá está a tal inovação, vocês não a veem, porque não querem, porque a inovação está aqui e em vários momentos. E, naturalmente, com o passar dos anos, vamos assistir, cada vez mais, à inovação e, por outro lado, ao cumprimento ou tentativa de cumprimento daquilo que eram

os projetos com os quais o Município se foi comprometendo. Senhora Deputada Matilde Machado do CHEGA, isto não é um orçamento de contas formalmente certo, não é só formalmente certo, é mesmo certo. E os aveirenses acreditam, sabem que são certas e que os valores que estão aqui não são irrealistas, nem teremos surpresas no final. Salvaguardada esta gestão, que não há volta a dar, que é a taxa de execução vai refletir o balanço entre a vontade de fazer e as contingências que vão surgindo. E deixamos já aqui assumido que isto vai ser mesmo assim. Não se vai atingir os 100%, nem nada que se pareça, porque é mesmo assim. Bom, foram várias as intervenções. Penso que, em geral, já as sintetizei. De qualquer forma, como aqui na parte da habitação houve muitas chegadas, várias questões, aqui, o nosso Vice-Presidente tem esta área específica e eu vou-lhe dar então a palavra para ele complementar especificamente sobre o tema.”

Vice-Presidente [40](#)

“Porque os assuntos são demasiadamente sérios, queria deixar aqui duas notas e dois esclarecimentos, duas reposições de verdade que têm que ser feitas em duas áreas. Uma especificamente área da ação social, disse o Senhor Deputado João Ribeiro que há uma subcontratação da parte do Município relativamente às IPSS e fez um comentário em relação à questão de falta de estratégia em relação às pessoas em situação sem-abrigo. Dito assim, parece que não há mesmo estratégia, parece que não há nenhum tipo de intervenção. E, portanto, eu acho que é revelador e eu não posso deixar passar, porque se há um trabalho de excelência que é feito pela Cáritas a este nível e a este nível da intervenção em pessoas de situação sem-abrigo é mesmo feito aqui pela Cáritas e pela Santa Casa Misericórdia e pelas Florinhas e, portanto, esse trabalho tem que ser reconhecido e dizer isto desta forma, é uma desconsideração face àquilo que tem sido feito durante anos. Relembro só que no dia 27/10/2025 houve um seminário especificamente para esta situação, para dar cumprimento a uma estratégia nacional de intervenção em pessoas em situação sem-abrigo e, portanto, há uma estratégia, sim, há uma luta diária para dar resposta a estas pessoas e, portanto, dizer isto desta forma é claramente um desconhecimento, uma desconsideração para com o trabalho que é feito e esse trabalho tem que ser reconhecido. A mesma coisa em relação ao Senhor Deputado João Paulo Sarmiento relativamente à falta de estratégia política para com os idosos. Não é assim, Senhor Deputado. Se ler na página 13 o programa Aveiro Sénior diz isso mesmo. E eu vou só ler a última frase para não maçar muito, com foco no combate à exclusão social, na promoção da autonomia e vitalidade e do envelhecimento ativo. Esse é um projeto que nós temos que vamos apresentar. Não era aqui nas GPO que devia se apresentar especificamente o que é que vai acontecer, mas se há uma estratégia de combate ao isolamento, de combate e de convite ao envelhecimento ativo e dar resposta claramente, que é o Aveiro Sénior. E sim, vamos trabalhar muito nessa área. Em relação à habitação, porque também é um tema sério. Eu costumo dizer, este é um tema extremamente sério em que toda a gente opina sobre ele. A questão é os resultados e a componente prática do mesmo. E aqui o papel leva o que nós quisermos. Se quisermos lá pôr 10 milhões repartidos em vários anos, podemos por 10 milhões ou 20 milhões no primeiro ano, não é isso que apresenta resultados nem que apresenta as políticas. Aquilo que vamos fazer é criar um

programa Habitação Mais que nos comprometemos a apresentar até ao final de março, que tem claros objetivos em termos imediatos e as respostas imediatas são aquelas que, face à conjuntura, é recuperar casas que estão devolutas e devolvê-las e colocá-las diretamente para uso das pessoas, é a bolsa de terrenos prontas a construir com uma preocupação de coesão territorial espalhada por todo o Município por várias Freguesias, porque isso vai ter implicações no preço da habitação, no centro da cidade. É dar resposta em termos de envolver os privados e ajudar a combater alguns passivos urbanos que eles têm com políticas ativas para recuperar e para as meter no mercado. É o arrendamento acessível, é o custo controlados em trabalho, de forma articulada com o IHRU e já tive reuniões com o IHRU e estamos claramente a trabalhar nesse sentido para dar cumprimento àquela que é a estratégia para a habitação que foi aqui aprovada e que também está aqui referenciado que ela não é má, vamos complementá-la, vamos realizá-la, Há duas coisas que são claras, a verdade é que o PS deu contributos para as GOP e é engraçado, num tema tão sério como a habitação, não fez uma única sugestão. Portanto, se o tema é sério, acho que também devia de merecer a atenção por parte do PS. Há uma que nós não queremos que é aquela do subsídio. Que é ir às imobiliárias arrendar, suportar o arrendamento, que acho que tinha um impacto muito negativo, além de ser socialmente injusto.”

Membros da Assembleia

Vogal Bruno Miguel dos Santos Fonseca (LIVRE) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [44](#)

“Hoje o LIVRE apresentou-se nesta Assembleia para fazer algo simples, mas essencial, comparar a poesia da campanha eleitoral com a matemática deste orçamento. E a conclusão é dura. Os números deste documento desmentem as promessas do candidato Presidente Luís Souto. Olhando para a oficina do desporto, sabemos que é um projeto aprovado no mandato anterior. Não estamos aqui para reescrever a história, mas estamos aqui para votar o dinheiro para 2026 que impacta os aveirenses e, como sabemos, o dinheiro é finito. Num ano em que as famílias de Aveiro desesperam por habitação digna, o Senhor Luís disse que a habitação seria a primeira prioridade. O Executivo escolheu alocar 19,6 milhões de euros de orçamento municipal para acelerar num único ano, uma única obra de betão longe do centro urbano sem acessos que permitam utilização efetiva por todos os aveirenses. É uma questão de velocidade e de foco. Para o pavilhão, a Câmara corre, para a habitação, a Câmara estuda. Há aqui um erro estratégico grave. O risco excessivo ao alocar uma fatia tão gigantesca do orçamento, quase 20% do total, nesta obra faraónica, o Executivo está a hipotecar o resto do mandato, mas, sobretudo, a vida dos aveirenses. Na campanha, o candidato Presidente Luís Souto prometeu muito, um Silicon Valley, parques verdes em todos os bairros, uma revolução na habitação, mas a matemática é implacável. Ao colocar uma fatia considerável do orçamento no pavilhão, não sobra dinheiro para cumprir as promessas aos aveirenses. A bolsa de terrenos ficou vazia, o Silicon Valley ficou no papel, a candidatura verde ficou sem verba. O LIVRE avisa nesta Assembleia de forma clara: obras desta dimensão derrapam. Se o custo do pavilhão subir, como acontece quase sempre em obras com investimento público, onde vai buscar

o dinheiro? Vai tirar ainda mais à habitação? Vai cortar nos apoios sociais? Este orçamento é um tudo ou nada numa obra de betão. Se a obra corre mal, o resto de Aveiro para e paga. O estado de graça terminou. O LIVRE não pode viabilizar um orçamento que transforma as promessas eleitorais em desilusões orçamentais. O LIVRE vota contra. Os aveirenses votaram num programa eleitoral vasto e cheio de promessas, não deram um cheque em branco para gastar uma parte considerável do orçamento numa única construção que é um pavilhão desportivo. Estamos em Aveiro para dizer que o futuro tem uma alternativa clara, uma política com esperança e com proximidade. O LIVRE vai estar presente para trazer a esta Assembleia Municipal o que realmente preocupa a cidade no dia a dia, não com promessas vãs e vagas.”

Vogal Diogo Nuno Pereira Gomes (IL) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [45](#)

“Eu já sei que a Câmara Municipal não vai responder, mas, mesmo assim, eu quero deixar alguns, ‘recados’, mas pelo menos sugestões para que repensem alguns pontos. Um dos pontos que quero que repensem é o aeródromo municipal. O aeródromo municipal tem vários objetivos que são concorrentes em Aveiro. A da Câmara Municipal que quer o aeródromo, a Universidade quer utilizar aquilo para fazer trabalhos de investigação e o próprio Porto de Aveiro. É preciso pensarmos com calma, não podemos fazer tudo ao mesmo tempo e está um plano que é o aeródromo, é preciso perceber qual destas três oportunidades é melhor. Coisas pequenas, mas são relevantes. As passadeiras sobrelevadas. Está inscrito a proliferação de mecanismos para suavizar o trânsito, mas as passadeiras sobrelevadas têm um impacto muito importante naquilo que são as viaturas de emergência médica. É preciso repensar outros mecanismos que não as passadeiras sobrelevadas. É uma coisa pequena no orçamento, mas vai ter muito impacto nas urgências médicas. Outro aspeto é a eletrificação de moliceiros. A eletrificação de moliceiros está feita há anos, que está lá o carregador, mas os senhores dos moliceiros não as colocam. Eles são privados, a gente não pode os obrigar, mas queremos que surjam aqui alguns incentivos na renegociação eventual dos contratos para incentivar a que a coisa aconteça. Não basta dizer que eles vão ser eletrificados, porque isso a gente diz há muito, muito tempo. A cultura e desporto em Aveiro tem um paradigma muito grande e que certamente está associado ao pavilhão e está associado à piscina eventual, mas isto representa uma alteração em relação ao anterior, porque passamos de um orçamento muito elevado na cultura, tivemos a Capital da Cultura, mas ao mudarmos os pesos, estamos a dar um sinal ao mercado. Em vez de estarmos a continuar a investir na cultura, criando aqui uma atratividade para o turismo, o turismo do desporto normalmente faz-se de famílias que se deslocam, veem o evento e vão embora, não ficam cá dormir. O investimento na cultura, as pessoas ficam para espetáculo, dormem uma noite, tem mais impacto económico e nem sequer sou economista, mas consigo perceber isso. Portanto, eu chamo a atenção para que nos próximos orçamentos a gente reveja estes pesos ou então aceitar que este Executivo é mais desporto, menos cultura. Declaração de voto da Iniciativa Liberal será entregue, mas abster-nos-emos.”

Vogal Joaquim Manuel da Silva Marques (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [46](#)

“As GOP e Orçamento para 2026 da Câmara Municipal de Aveiro configuram um instrumento de governação orientado para a consolidação, mais do que para a rutura. O Município privilegia a estabilidade financeira, a execução consistente, um investimento público estruturante, a coesão territorial, a atratividade económica e urbana. Do ponto de vista da gestão, trata-se de um plano financeiramente sólido, politicamente prudente e operacionalmente ambicioso, cujo principal desafio reside na transformação de investimento em impacto mensurável, quer do ponto de vista económico, social e territorial. Pelas razões agora aduzidas, acrescidas das inicialmente transmitidas é que a bancada do PSD vota favoravelmente este documento.”

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação [47](#) o Ponto único – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal e Mapa Anual Global Consolidado de Recrutamentos Autorizados 2026, sendo a proposta aprovada por maioria, com 21 (vinte e um) votos a favor (PPD/PSD16+CDS-PP5), 15 (quinze) abstenções (PS10+IL2+CHEGA3), e 1 (um) voto contra (LIVRE) na sequência da deliberação tomada na reunião extraordinária pública da Câmara Municipal, realizada em 20/01/2026, que é do seguinte teor: “No seguimento da proposta n.º 003/2026, elaborada pela Subunidade Orgânica Gestão Financeira e Controlo Orçamental, da Divisão de Administração Financeira, e pela Subunidade Orgânica Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Divisão de Recursos Humanos, intitulada “Mapas de Execução Orçamental - 2025, Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal e Mapa Anual Global Consolidado de Recrutamentos Autorizados (MARA) - 2026”, subscrita pelo Sr. Presidente, a 16 de janeiro de 2026, e considerando que:

I – Aprovação dos Mapas de Execução Orçamental do Ano de 2025

1. Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas, onde se inclui o Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental (ex. Mapa de Fluxos de Caixa) e Mapas de Execução Orçamental;

2. O n.º 6, do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, confere maior flexibilização na utilização do saldo de gerência anterior, na medida em que parte deste saldo que resulta das receitas consignadas, pode ser incorporado na execução orçamental do ano, em momento anterior ao da aprovação dos documentos de prestação de contas, concretizando-se por meio de uma alteração orçamental com aprovação do mapa de Fluxos de Caixa pelo Órgão Executivo;

3. Tendo por base os fundamentos e disposições legais aplicáveis, e nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, procedeu-se a elaboração dos documentos inerentes à execução orçamental à data de 31 de dezembro (os quais poderão vir a registar ajustamentos em sede de encerramento final de contas), designadamente:

Demonstração do Desempenho Orçamental; Resumo Diário de Tesouraria; Demonstração de Execução Orçamental da Receita; Demonstração de Execução Orçamental da Despesa e a Execução anual das Grandes Opções do Plano, todos anexos à proposta.

II – INTEGRAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA NA PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2026

1. O saldo de gerência a transitar, para o exercício de 2026, resulta essencialmente da boa execução das receitas municipais e a gestão rigorosa e preventiva (nomeadamente garantindo a capacidade financeira para gerir bem os anos anteriores) que vem sendo levada a cabo desde o final do ano de 2013, e que permitiu recolher ganhos vários, destacando-se ao nível da credibilidade da Câmara Municipal de Aveiro e da sustentabilidade nas suas contas, que permitirá alavancar nos próximos exercícios económicos os inúmeros investimentos projetados e a executar, com risco zero de incumprimento de obrigações por parte da Câmara Municipal;

2. O mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental de 2025, aprovado por despacho do Sr. Presidente, datado de 8 de janeiro de 2026, e ratificado pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 15 de janeiro de 2026;

3. A Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2026, mantém no artigo 124.º a norma que possibilita a Integração do Saldo de Execução Orçamental, dispondo que “Após aprovação do mapa ‘Demonstração do desempenho orçamental’ pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o saldo da gerência da execução orçamental.”;

4. De acordo com o mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental, anexo à proposta, transita um Saldo Orçamental da Gerência de 2025 para a Gerência de 2026 no valor de 51.370.057,28€, que se encontra na posse dos serviços;

5. De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, “2 - Nos casos em que as eleições para o órgão executivo municipal ocorram entre 30 de julho e 15 de dezembro, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte é apresentada no prazo de três meses a contar da data da respetiva tomada de posse.”;

6. Devido à realização das eleições para os Órgãos Municipais, a apresentação da proposta de orçamento para 2026 ocorre até 30 de janeiro, encontrando-se concluído o fecho e transição do ano de 2025, pelo que o Saldo de Gerência é integrado na proposta de orçamento da receita, não havendo lugar à realização de uma revisão orçamental para o efeito.

III – Grandes Opções do Plano e Orçamento 2026, Mapa de Pessoal e Mapa Anual Global Consolidado de Recrutamentos Autorizados (MARA) – 2026

1. Compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e a proposta de Orçamento;

2. Nos termos do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, os serviços devem prever anualmente o Mapa de Pessoal, tendo em conta as atividades de natureza permanente ou temporária a desenvolver durante a execução do orçamento, o

número e caracterização dos postos de trabalho necessários para o efeito, sendo aprovado conjuntamente com o orçamento;

3. Por força do disposto no n.º 1, do artigo 31.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, o Orçamento da Câmara Municipal de Aveiro deve prever os encargos relativos às remunerações do pessoal e os encargos referentes aos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal e para os quais se preveja recrutamento;

4. As novas competências que o Município de Aveiro tem vindo a assumir, no âmbito da descentralização de competências, prevista na Lei-Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais, nomeadamente nas áreas da Educação, da Cultura e da Ação Social e da Saúde;

5. A assunção destas competências tem alocado um número crescente de atividades e evidenciado a necessidade de recrutamento de novos recursos humanos;

6. A Portaria n.º 73-A/2021, de 30 de março – que alterou a Portaria n.º 272-A/2017, de 13 de setembro – determinou o aumento do rácio de Trabalhadores necessários para o regular funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino (PND) do Município de Aveiro;

7. A diminuição de recursos humanos registada em 2025, em várias áreas de atividade da Câmara Municipal, resultante de aposentações, denúncias de contrato de trabalho em funções públicas e contratações para outros órgãos ou serviços por via de procedimentos concursais, e a que a área da Educação não é alheia, nomeadamente na área administrativa/assistentes técnicos e nos assistentes operacionais;

8. As aposentações previstas para os anos de 2026 e 2027, em todas as carreiras e categorias, atenta a proximidade da idade da aposentação de um número considerável de trabalhadores, de diversas áreas;

9. A CIRA ainda não constituiu a Entidade Gestora da Requalificação nas Autarquias Locais (EGRA) para os respetivos Municípios, de entre os quais, o de Aveiro;

10. Atualmente não se encontra constituída nenhuma reserva interna de recrutamento;

11. Se mantém a necessidade de recrutamento de novos postos de trabalho para o ano de 2026, em várias áreas de atividade da Câmara Municipal de Aveiro, nas carreiras/categorias de Assistente Operacional, Assistente Técnico e de Técnico Superior;

12. Nos termos do n.º 1, do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, o órgão ou serviço pode promover o recrutamento dos Trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal;

13. Nos termos dos n.ºs 4 e 6 da referida norma, o serviço pode recrutar Trabalhadores com vínculo de emprego público a termo (certo ou incerto) ou sem vínculo de emprego público, mediante procedimento concursal aberto ao abrigo e nos limites constantes do “mapa anual global aprovado” (ou MARA), pelo despacho a que se refere o n.º 6, do artigo 30.º;

14. Caso haja necessidade de proceder à abertura de novos procedimentos concursais, abertos a candidatos com e sem vínculo de emprego público, é necessária a aprovação do “MARA - Mapa Anual Global Consolidado de Recrutamentos Autorizados”, anexo à proposta e que constitui o seu Anexo I.

Considerando, ainda, que:

15. Se preveem outras medidas de gestão e valorização dos Recursos Humanos a levar a cabo durante o ano de 2026, designadamente:

a. O regime especial de aceleração do desenvolvimento das carreiras, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2024, para os Trabalhadores que acumulem seis ou mais pontos na avaliação de desempenho no ano de 2025, reunidos os demais requisitos determinados por via legal (Decreto-Lei n.º 75/2023, de 29 de agosto);

b. As alterações obrigatórias do posicionamento remuneratório, por força da avaliação do desempenho e da valorização dos anos de antiguidade (carreira de Assistente Operacional);

c. A revisão e/ou implementação de alguns suplementos remuneratórios (subsídios de turno, de penosidade e insalubridade, abono para falhas, isenção de horário, etc.), devidos aos trabalhadores que exercem as suas funções em postos de trabalho que apresentam condições mais exigentes, como sejam as áreas da Cultura e Turismo, Mobilidade/BUGA, Mercados Municipais ou outras;

d. A contratação de Assistentes Operacionais para a área de Educação, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Incerto (CTTRI), tendo em vista a satisfação de necessidades temporárias na área da Educação, nomeadamente assegurar a substituição das baixas por tempo prolongado, para garantir o normal funcionamento das Escolas com a qualidade e segurança que se impõem.

Nos termos acima expostos, foi deliberado, por maioria, com os votos a favor do Sr. Presidente e dos Senhores Vereadores Rui Domingues Santos, Ana Cláudia Oliveira e Pedro Correia de Almeida e as abstenções dos Senhores Vereadores Paula Urbano Antunes, Rui Castilho Dias, Leonardo Oliveira Costa, Maria Isabel Lopes Vila-Chã e Diogo Soares Machado:

1. Aprovar, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, os documentos inerentes à execução orçamental à data de 31 de dezembro de 2025 (os quais poderão vir a registar ajustamentos em sede de encerramento final de contas), designadamente: Demonstração da Execução Orçamental da Receita; Demonstração de Execução Orçamental da Despesa; Resumo Diário de Tesouraria; Execução anual das Grandes Opções do Plano, todos anexos à proposta;

2. Aprovar, em conformidade com o disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o documento Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2026, anexo à proposta, e a sua submissão à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

3. Aprovar, em conformidade com o disposto na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a submissão à Assembleia Municipal, do Mapa de Pessoal para o ano de 2026, nos termos do disposto na alínea o), do n.º 1, do artigo 25.º da mesma Lei;

4. Aprovar, em conformidade com o disposto nos n.ºs 4 e 6, do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, o Mapa Anual Global Consolidado de Recrutamentos Autorizados (MARA), para o ano de 2026, anexo à proposta, do qual consta

as necessidades de recrutamento, em regime de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado e determinado (incerto), e a sua submissão à Assembleia Municipal de Aveiro para apreciação e deliberação.

A Senhora Vereadora Maria Isabel Vila-Chã, eleita pelo Partido Socialista, apresentou a seguinte declaração de voto:

“O Sr. Presidente anuncia um exercício onde conciliará continuidade e inovação e, sendo patente a continuidade com a migração de programas não executados, fazemos votos para que se venha a inovar no grau de concretização.

Com efeito o grau de execução das GOP de 2025 não ultrapassou os 35%, correspondendo a 42 M€, não tendo passado da fase de anúncio projetos como o Eixo Aveiro-Águeda ou o Pavilhão-Oficina que, em conjunto, representam 58M€ dos 80 M€ não executados.

A ponderação do executivo conduziu à apresentação de uma proposta onde não só se assume esta herança, como se reproduzem as condições que obstaculizaram a sua concretização. O PS estará disponível para acompanhar a evolução do exercício e ponderar os ajustes que virão a ser necessários.

Não podemos deixar de reagir ao esforço do Senhor Presidente para atribuir a responsabilidade pelas dificuldades encontradas à litigância/reclamações: sem prejuízo de haver abusos pontuais de litigância este é um mecanismo de escrutínio e garantia de transparência das decisões.

Por último não podemos deixar manifestar o nosso desagrado com o facto de se atribuir ao programa de habitação menos de 3% do esforço da CMA, quando se alocam cerca de 19% para desporto e lazer. É urgente repudiar a herança recebida nesta área, com execução de uns vergonhosos 92 mil euros no programa de habitação.”

A Senhora Vereadora Paula Urbano Antunes, eleita pelo Partido Socialista, apresentou a seguinte declaração de voto:

“O primeiro paragrafo do Preâmbulo do documento Grandes Opções do Plano e Orçamento 2026, refere: «Na sequência das Eleições Autárquicas de 2025, os Cidadãos Eleitores Aveirenses votaram numa opção clara pelo seu Presidente, Equipa e Projeto político para Aveiro, assegurando a continuidade dos trabalhos em curso e abrindo, em simultâneo, um novo ciclo político de largo fôlego, assente na modernização e inovação na governação municipal.» Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista relembram o Sr. Presidente e a sua equipa que a maioria dos cidadãos eleitores aveirenses não votaram no Sr. Presidente e na sua equipa. A maioria que lhe permite governar é uma maioria relativa. Há que ouvir a oposição e acolher os seus contributos. Cabe-nos, conforme o previsto na Lei n.º 24/98, de 26 de maio, Estatuto do Direito de Oposição, acompanhar, fiscalizar e criticar as orientações políticas desta autarquia. Temos o direito de ser informados regular e diretamente pelo órgão executivo Câmara Municipal sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua atividade. Temos o direito de ser ouvidos sobre as propostas que gostaríamos de ver inscritas nos orçamentos e planos de atividades. Temos o dever de apresentar essas propostas e de nos batermos por elas pois são propostas sufragadas pelos cidadãos eleitores aveirenses que nos confiaram a responsabilidade de aqui estarmos.

O ano de 2026 assume um carácter particularmente exigente, é um ano de transição política e administrativa, marcado pela continuidade de compromissos plurianuais, pela necessidade de garantir estabilidade institucional e pela responsabilidade de preparar o futuro próximo do concelho com rigor financeiro e sentido estratégico.

Neste enquadramento, as propostas apresentadas pelo Partido Socialista refletem uma postura de responsabilidade política e institucional, não tendo como objetivo comprometer a execução orçamental, mas antes contribuir de forma construtiva para a definição de prioridades e investimentos que consideramos relevantes para a melhoria da qualidade de vida dos aveirenses. As propostas assentam numa visão de um concelho mais verde, inclusivo e sustentável, valorizando o espaço público, a mobilidade segura e acessível, a coesão social, a cultura, a proximidade e a inovação social, respondendo a necessidades reais identificadas no território e promovendo a equidade entre freguesias urbanas e não urbanas.

Todas as propostas por nós apresentadas têm um valor individual inferior a 350.000 euros, representando, no seu conjunto, um investimento global de 1.625.000 euros, compatível com a dimensão do orçamento municipal e com a natureza transitória do exercício orçamental de 2026. Tratou-se de um conjunto de propostas coerente, equilibrado e financeiramente responsável, suscetível de integração no Orçamento e nas GOP sem comprometer os compromissos já assumidos pelo Município. Representam 1% do valor total do orçamento.

Passamos a elencar sucintamente essas 19 propostas:

Programa Municipal de Incentivo à Natalidade de Aveiro (Mais Crianças, Mais Aveiro)

Elaboração da Estratégia Municipal para o Envelhecimento Ativo e Saudável

Programa “Domingos no Parque” – Música ao Vivo em Espaços Verdes

Festival das Comunidades Imigrantes de Aveiro

Apoio à comunicação institucional das freguesias

Elaboração da Estratégia Municipal para o Turismo

Programa de bolsas para estudantes ensino superior do Município de Aveiro

Programa Ciclável para as Escolas – Projeto-Piloto (Escolas Básicas do Centro da Cidade)

Programa Estágios de Verão

Novo Site Institucional com Chat Bot

Regulamento Interno dos Horários de Funcionamento, de Atendimento ao Público e de Trabalho

Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal

Concurso de Design “Vamos de Transporte Público”

Programa de Acesso aos Serviços Públicos para Todos / Transporte a pedido

Desenvolvimento de uma Estratégia Municipal de Mobilidade

Proposta de Intervenções de Reforço e Continuidade da Rede Ciclável Estruturante Aveiro Centro

Expansão da rede BUGA com duas novas estações: Sá Barrocas e Zona de Interseção Esgueira Sul/Forca Norte

Instalação de parques fechados e seguros para estacionamento de bicicletas privadas

Programa de prevenção ativa de risco de ruína

Acerca das GOP e orçamento em apreço, temos várias considerações a fazer. Temos dúvidas que gostaríamos de ver esclarecidas:

Acompanhar a construção do Hospital Trofa Saúde Aveiro; Que tipo de acompanhamento? Qual a finalidade do mesmo? É um Hospital privado.

Promoção de políticas de saúde mental. Como? Que políticas? Em linha com a Coordenação Nacional das Políticas de Saúde Mental?

Em 2026 Município irá, de forma vinculada, desenvolver a Estratégia Local de Habitação. Não encontramos uma medida que possa ser implementada a curto prazo. Todas as medidas elencadas são de implementação a longo prazo. Esta forma vinculada de pensar a habitação não se traduz no orçamento, menos de 3%.

Residências Universitárias – privadas. Acessíveis a estudantes com baixa condição de recursos que não têm vaga nas residências universitárias da UA?

FARAV – Feira do Artesanato da Região de Aveiro. Saudamos o regresso da FARAV, feira de artesanato cujo regresso o Partido Socialista também propunha no seu programa eleitoral. As artes e ofícios tradicionais merecem toda a atenção. Esperamos que Aveiro volte a posicionar-se como promotora de uma das grandes feiras de artesanato do país.

Gestão de iniciativas na área da Formação, do Emprego e do Empreendedorismo. Quais?

Através do Programa Aveiro Sénior, vamos desenvolver atividades dirigidas aos Cidadãos mais velhos, propiciando o seu contato com a comunidade, minimizando situações de isolamento, promover a saúde física e mental, potenciando capacidades, fomentando a autoestima e valorização pessoal, bem como contribuir para o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida. Porquê adiar a elaboração e implementação de uma Estratégia Municipal para o Envelhecimento Ativo e Saudável? O envelhecimento ativo é definido como o processo de otimização das oportunidades para a saúde, participação e segurança, para a melhoria da qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem (World Health Organization, 2002).

Acompanhamento do funcionamento da Casa Mortuária de São Jacinto e da Casa Mortuária de Oliveirinha, junto das respetivas Juntas de Freguesia; Acompanhamento do funcionamento do Complexo de Crematório e de Velação de Aveiro, localizado junto ao Cemitério Sul (concessão da CMA). Em que se traduzirá esse acompanhamento?

Criação e dinamização de mercados temáticos sazonais, incluindo Mercados de Páscoa, celebrando o início da Primavera, Mercados de Outono, afirmando a identidade da estação através dos produtos locais, do artesanato e da gastronomia tradicional, integrando temáticas como o Halloween, bem como Mercados de Natal. Saudamos esta iniciativa pois contribuirá para a promoção das artes e ofícios tradicionais e estimulará a economia local.

Manutenção dos Estudos de Medição Acústica para assegurar a conformidade com os níveis de ruído que garantem uma saudável convivência entre os munícipes. Ainda bem

que o Sr. Presidente pretende resolver já este ano este problema que afeta sobretudo os moradores do Bairro da Beira Mar.

Promoção de novos produtos de merchandising do Município de Aveiro, no âmbito de uma nova ação de marketing territorial da marca “Aveiro”, com destaque para a “Alma de Aveiro” desenvolvida pela Vista Alegre; promoção de produtos da VA? Empresa privada de Ílhavo?

Desenvolvimento do programa AveiroInvest, concebido como um instrumento integrado de captação de investimento, apoio à instalação e consolidação empresarial e acompanhamento contínuo das empresas, promovendo em simultâneo a qualificação e a capacitação das Áreas Empresariais e Industriais de Acolhimento Empresarial: Aveiro Norte (Taboeira / Cacia), Aveiro Centro (Eixo / Oliveirinha) e Aveiro Sul (Mamodeiro). Neste âmbito avançaremos com a criação do Conselho Municipal Estratégico e a rede de Diáspora. No âmbito desta captação de investimento, vão elaborar algum mapa de talento para perceberem que mão de obra está disponível para trabalhar?

Relocalização do Quartel da GNR com vista à sua transformação em habitação, não integrou as propostas que lhe enviámos, mas não resistiu a adotar as nossas propostas eleitorais. Pág. 101 do Livro 101 ideias para Aveiro, Alberto Souto de Miranda.

Manutenção de um elevado investimento em marketing territorial e em comunicação institucional, reforçando a promoção do Município e da Câmara Municipal de Aveiro, com uma abordagem mais integrada, consistente e orientada para resultados. Que resultados?

Relativamente à Administração Geral, concretamente aos RH da CMA, o Sr. Presidente inscreve, na página 15 do documento apresentado à Câmara uma série de intenções. São boas. Não sabemos quais são as ações concretas que encerram. Neste âmbito o Partido Socialista apresentou propostas muito claras e de fácil implementação. Não foram tidas em conta:

Regulamento Interno dos Horários de Funcionamento, de Atendimento ao Público e de Trabalho;

Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal;

O mapa de pessoal da CMA tem 92 vagas. O mesmo prevê 1058 trabalhadores. Estão atualmente ocupados 966 postos de trabalho. Numa conjuntura de pleno emprego em que os diversos organismos da administração pública, central e local, recrutam trabalhadores na Bolsa de Emprego Pública para supressão das respetivas vagas, faz toda a diferença a gestão das pessoas, bem escasso e absolutamente fundamental para a execução de um plano de atividades e do orçamento a ele acoplado. Assim, há que criar condições para que estas fiquem e promover o acolhimento e integração dos novos colaboradores, gerir o desenvolvimento das suas competências e favorecer as condições para o conhecimento mútuo e para o desenvolvimento sociocultural dos trabalhadores.”

O Senhor Vereador Leonardo Costa, eleito pelo Partido Socialista, apresentou a seguinte declaração de voto:

“A proposta de Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2026 agora apresentada é, em essência, um orçamento de continuidade – “copiar, colar”. Trata-se de um documento que repete a lógica dos anos anteriores, sem revelar aprendizagem face aos

erros e falhas de execução que têm marcado a governação municipal. Uma baixa execução que tem acompanhado os orçamentos que a Câmara Municipal de Aveiro apresenta.

As Grandes Opções do Plano para 2026 anunciam um investimento municipal global de cerca de 182 milhões de euros. Contudo, mais de 50 milhões desse montante surgem classificados como “não definidos”, o que representa quase um terço do investimento anunciado. Esta indefinição não é um detalhe técnico: é um sinal político claro de incerteza quanto às prioridades.

A análise comparativa entre a previsão corrigida de 2025 e 2026 revela uma subida da receita corrente, impulsionada sobretudo pelo aumento da receita dos impostos diretos pagos pelos aveirenses. No entanto, esta capacidade de arrecadação não tem sido acompanhada por uma equivalente capacidade de redistribuição. O Município cobra mais, mas continua a falhar na resposta às necessidades do presente.

A Câmara cobra, mas não redistribui. O que nos está a dizer, na prática, é simples: paguem impostos, mas não esperem senti-los em Aveiro.

Na área da habitação, é verdade que existe um reforço face ao executivo anterior. Mas importa dizê-lo com honestidade: esse aumento parte de um patamar muito baixo e continua a revelar uma fraca prioridade política. A habitação representa menos de 3% do total das GOP, num concelho onde a crise do acesso à habitação já afeta não apenas os mais vulneráveis, mas também a classe média, os jovens trabalhadores e as famílias que querem viver em Aveiro. O Executivo insiste em planos, diagnósticos e estratégias, mas continua a falhar nas respostas imediatas. Não existem medidas de curto prazo para apoiar famílias sobrecarregadas com rendas, não há programas municipais de apoio ao arrendamento acessível e os estudantes universitários continuam dependentes de um mercado privado que constrói pouco e a preços inacessíveis.

Também na área da ação social, a prioridade política é claramente insuficiente, representando igualmente menos de 3% das GOP. Perante esta realidade, o Partido Socialista apresentou propostas concretas, exequíveis (dependiam da CM de Aveiro) e financeiramente responsáveis:

Programa Municipal de Incentivo à Natalidade de Aveiro (Mais Crianças, Mais Aveiro)

Objetivo: fomentar o nascimento de mais crianças das famílias residentes no Concelho de Aveiro

O crescimento da população residente no concelho resulta exclusivamente de um saldo migratório positivo, enquanto o número de nascimentos continua a diminuir. Promover a natalidade não é apenas uma medida de apoio às famílias; é um investimento estratégico no desenvolvimento sustentável do concelho. Mais crianças significam, no médio e longo prazo, maior vitalidade económica, reforço da coesão social, sustentabilidade dos serviços públicos locais, dinamização das escolas, do comércio e do tecido associativo, bem como uma renovação geracional indispensável para o futuro de Aveiro.

Neste contexto, propõe-se a criação de um incentivo municipal à natalidade, no valor de 500 euros por cada criança nascida no concelho, uma medida simples, clara e financeiramente responsável. Em 2024, nasceram 647 bebés em Aveiro, o que representa

um impacto orçamental previsível e controlado, compatível com a dimensão e capacidade financeira do município.

Devemos também refletir previamente sobre os critérios de elegibilidade, uma vez que estas questões surgirão naturalmente no debate político. Entre os aspetos a clarificar estão a duração mínima de residência no concelho, o modo de utilização do apoio (livre ou condicionado a estabelecimentos locais), o âmbito do apoio (universal ou direcionado a famílias em situação de maior carência económica), bem como a idade dos progenitores. Importa ainda ponderar se o incentivo deve variar consoante a ordem de nascimento, se é exigida a residência de ambos os membros do casal ou apenas de um, e se faz sentido associar o apoio a um compromisso de permanência no concelho por um determinado período.

Custo: considerando um valor de 500 euros pagos por nascimento, tendo em conta que em 2024 nasceram 642 bebés das famílias do Concelho de Aveiro = 321 mil euros.

Programa de bolsas para estudantes ensino superior do Concelho de Aveiro.

O Programa Municipal de Bolsas para Estudantes do Ensino Superior do Concelho de Aveiro visa responder a uma necessidade pública concreta: apoiar estudantes aveirenses que, apesar de residirem no concelho, frequentam o ensino superior fora de Aveiro, enfrentando encargos adicionais associados à deslocação, alojamento e manutenção. Esta política pública assenta numa lógica de equidade territorial e social, reconhecendo que a ausência de oferta formativa local em determinadas áreas não deve constituir um obstáculo ao prosseguimento dos estudos nem penalizar os jovens do concelho. Não se trata de substituir a ação social do Estado, mas sim um complemento dado aos estudantes para fazer face a elevadas despesas de deslocação e habitação.

Inspirada em boas práticas já consolidadas noutros municípios, a medida propõe-se abranger licenciaturas, mestrados e Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP), com um número máximo anual de bolsas definido: 50 bolsas para licenciatura, 10 para mestrado e 10 para CTeSP.

Os critérios de elegibilidade e de avaliação do programa deverão assentar em princípios de equidade, transparência e rigor, alinhados com boas práticas já consolidadas ao nível municipal. Assim, serão elegíveis estudantes residentes no concelho de Aveiro há um período mínimo previamente definido, que frequentem licenciaturas, mestrados ou Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP) e que não possuam já o grau académico correspondente ao ciclo de estudos a que se candidatam.

A atribuição das bolsas deverá ser orientada por critérios objetivos, privilegiando, em primeiro lugar, a situação socioeconómica do agregado familiar, medida através do rendimento mensal per capita, e, em segundo lugar, o aproveitamento académico do estudante, devidamente comprovado. Este modelo permite direcionar o apoio para quem dele mais necessita, garantindo simultaneamente a valorização do mérito e a utilização eficiente e socialmente justa dos recursos públicos municipais. Também podem ser definidos valores diferentes consoante escalões.

Custo: considerando um valor de 130 euros mensais, durante 10 meses (1300 euros) a medida poderia ter um custo final de 91.000 euros.

Por fim, subsiste uma dúvida que o Executivo deve esclarecer com total transparência: três intervenções estruturantes - a Escola Homem Cristo, a EB 2,3 de São Bernardo e o Conservatório - surgem agora previstas com financiamento integralmente suportado por receitas próprias, num total de cerca de 11 milhões de euros. Estas obras estavam associadas a um possível financiamento externo - BEI. A pergunta é simples e legítima: vão ou não beneficiar desse financiamento? ”.

O Senhor Vereador Rui Castilho Dias, eleito pelo Partido Socialista, apresentou a seguinte declaração de voto:

“Modernização Administrativa, Transformação Digital e Participação dos Cidadãos. No preâmbulo do Orçamento, o executivo municipal invoca repetidamente a modernização administrativa, a transformação digital e o envolvimento dos cidadãos. Fala-se de novas tecnologias, da utilização de drones e da aposta na cibersegurança, criando a expectativa de um verdadeiro choque tecnológico na Câmara Municipal de Aveiro.

No entanto, quando se analisam os números, o entusiasmo dissipa-se rapidamente. Para a modernização administrativa, que deveria traduzir-se em serviços mais rápidos, transparentes e eficazes na relação entre a autarquia e os cidadãos, o orçamento prevê apenas 250 mil euros de financiamento definido, sendo que parte desse valor se destina à realização de um estudo, sem maior detalhe sobre medidas concretas a implementar.

Na área da transformação digital e da inteligência artificial, está prevista uma verba de 300 mil euros, igualmente vaga e pouco explicada. Para um executivo que ambiciona uma transformação profunda, este montante revela-se manifestamente insuficiente. Com estes valores, não se fala de transformação, mas sim de intervenções pontuais e avulsas. O Partido Socialista apresentou propostas concretas e objetivas, como a melhoria do site da Câmara Municipal, a revisão de procedimentos para os tornar integralmente digitais e a implementação de um chatbot de apoio permanente aos cidadãos, propostas que poderiam dar substância real a esta ambição, mas que não foram acolhidas.

No que respeita à participação dos cidadãos, o contraste entre discurso e prática é ainda mais evidente. O financiamento definido para o Orçamento Participativo com ação direta desce para 100 mil euros, quando na edição anterior era de 150 mil euros. Ou seja, fala-se mais de participação, mas investe-se menos nela. Para comparação, municípios como Torres Vedras destinam 510 mil euros ao seu Orçamento Participativo, revelando uma aposta bem mais consistente no envolvimento cívico.

Cultura:

Começa por ser justo reconhecer o acolhimento de uma boa ideia: a reativação do Carnaval da Ria. Trata-se de uma iniciativa positiva, originalmente proposta pelo Partido Socialista, tal como o festival de jazz em cooperação com a Universidade de Aveiro. É positivo ver boas ideias avançarem, mesmo quando não têm origem no atual executivo.

O executivo fala repetidamente de cultura e do impacto de Aveiro 2024 – Capital Portuguesa da Cultura. Contudo, permanece por responder uma questão fundamental: qual foi, afinal, o impacto real deste título? Qual foi o legado deixado? Que projetos estruturantes permaneceram ativos, que ligações foram criadas e que comunidade cultural saiu efetivamente fortalecida?

Na prática, o programa limitou-se a agregar eventos e iniciativas que já existiam. O ano passou, o título terminou e pouco ou nada ficou como legado estruturante.

A leitura do orçamento ajuda a compreender esta realidade. A cultura representa cerca de 10% do orçamento municipal, aproximadamente 13 milhões de euros. No entanto, retirando as obras do Museu de Santa Joana, restam cerca de 9 milhões de euros de verbas definidas. Trata-se de um aumento de cerca de um milhão de euros face ao ano anterior, mas continua a ser um valor modesto para quem fala de transformação cultural, impacto e projeção nacional e internacional.

O Sr. Presidente afirma querer tornar o Teatro Aveirense uma referência internacional. A ambição é legítima, mas o orçamento definido para a gestão do Teatro, incluindo cachês artísticos, não chega aos 2 milhões de euros. Não se constrói uma referência internacional com um orçamento de escala local.

Também no multiculturalismo se perdeu uma oportunidade. O Partido Socialista apresentou uma proposta concreta e amadurecida para a evolução do Festival das Comunidades Imigrantes de Aveiro, que foi ignorada pelo executivo, que optou antes por formulações vagas e genéricas.

Mobilidade:

Aveiro enfrenta atualmente um problema sério e estrutural de mobilidade. Perante este cenário, o Partido Socialista propôs a realização de um estudo de mobilidade integrada. O que se encontra no orçamento é, porém, muito pouco. Fala-se num “programa de mobilidade sustentável”, mas sem valor definido, sem estratégia clara e com referências vagas a equipamentos. Fica a dúvida sobre se se trata de um verdadeiro programa de mobilidade ou apenas da extensão das estações da BUGA.

No que diz respeito às ciclovias, o cenário repete-se. O orçamento não refere, de forma explícita, qualquer plano de desenvolvimento, expansão ou requalificação da rede ciclável do concelho, com exceção do troço São Jacinto–Torreira. Não existe uma visão de rede nem um compromisso claro com a mobilidade ciclável.

Bairro da Beira-Mar:

No que respeita à Intervenção Integrada no Bairro da Beira-Mar, o orçamento prevê para 2026 cerca de 250 mil euros, valor que nem sequer está devidamente definido. A questão que se impõe é simples e direta: é esta a expressão da preocupação do executivo com a requalificação da Beira-Mar? Uma das zonas mais emblemáticas da cidade, que tem estado votada ao abandono, merece apenas uma intervenção orçada em 250 mil euros?

Este é um orçamento de transição. Não podemos aprová-lo. Não podemos aprovar estas Grandes Opções do Plano. Quer na sua forma. Quer no seu conteúdo. Relativamente à forma, aconselhamos que o documento a ser preparado para o próximo ano seja mais rigoroso. Não pode o Sr. Presidente dizer que são grandes opções do plano quando lhe sugerimos que insira, por exemplo, a atualização do site da Câmara, e inserir no mesmo o Acompanhamento do funcionamento da Casa Mortuária de São Jacinto e da Casa Mortuária de Oliveirinha, junto das respetivas Juntas de Freguesia, e o Acompanhamento do funcionamento do Complexo de Crematório e Salas de Velação de Aveiro, localizado junto ao Cemitério Sul (concessão da CMA).

O sentido do nosso voto vai para a abstenção.”.

O Senhor Vereador Diogo Soares Machado, eleito pelo Partido CHEGA, apresentou a seguinte declaração de voto:

“As Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2026 são apresentados como o primeiro grande documento político deste novo Executivo.

Mas sejamos sérios: este não é, em substância, o Orçamento deste Executivo.

É, na sua esmagadora maioria e percentagem, a fatura acumulada do anterior, agora entregue para pagamento faseado.

Desde logo, há um dado político que não pode ser varrido para debaixo do tapete: Aveiro é dos últimos municípios portugueses - senão o último - a discutir e deliberar sobre as GOP e o Orçamento para 2026.

Isto não é um pormenor técnico. É um sinal claro de atraso decisório, de desorganização política e de uma governação que chega sempre depois do calendário – quando o devia liderar! - e de uma capacidade questionável para a boa gestão da coisa pública.

Grande parte do investimento inscrito resulta do frenesim de adjudicações eleitoralistas do Executivo cessante, concentradas de forma quase industrial nos últimos oito meses do mandato anterior. Obras lançadas à pressa, contratos assinados em modo sprint, decisões tomadas com o calendário eleitoral numa mão e a caneta na outra.

O que hoje se apresenta como “visão estratégica” é, na maioria dos casos e assuntos, mera execução obrigatória de decisões herdadas. Este Orçamento não nasce de uma reflexão profunda sobre prioridades; nasce de um estaleiro já montado, com tapumes colocados e faturas que começam a chegar, para pagar ou por pagar.

Por isso, temos de ser muito claros: este novo Executivo e este novo Presidente pouco mais podem fazer, para já, do que gerir a obra dos outros. Zelar pelo cronograma. Conferir autos de medição. Resolver, as mais das vezes por mera assunção, problemas que não criaram. São, outrossim e politicamente, mais capatazes de um legado do que verdadeiros autores de um novo ciclo.

Não é um insulto. É uma descrição funcional.

E os números confirmam-no.

Em 2025, Aveiro teve uma taxa de execução orçamental de apenas 27%, num Orçamento superior a 210 milhões de euros. Repito: 27%. Pouco mais de um quarto. Isto não é, nem foi, prudência financeira; é orçamentação inflacionada para efeitos eleitorais, seguida de execução mínima para não assumir riscos.

Os munícipes de Aveiro, os Aveirenses - que suportaram e continuam a suportar uma carga fiscal verdadeiramente asfíxiante, em IMI, taxas, tarifas e preços municipais - pagaram como se tudo fosse feito e receberam como se quase nada tivesse sido executado. E tudo indica, suspeito fundadamente, que a taxa de execução de 2026 andarà por valores idênticos, porque o padrão mantém-se: orçamentos gigantes, execução previsivelmente anémica.

O Orçamento agora em discussão volta a rondar os 200 milhões de euros, com receitas previstas na mesma ordem de grandeza, mas a experiência recente demonstra,

infelizmente, que a capacidade real de transformar previsões em obra concreta é francamente limitada e conflagrada.

Passemos então ao conteúdo e comecemos pelo que corre em piloto automático.

A cooperação com a Universidade de Aveiro é correta, consensual, segura e atrevida a dizer, obrigatória. A UA é um dos mais importantes e relevantes ativos estratégicos do Concelho de Aveiro e qualquer Executivo minimamente prudente faria o mesmo. Não há aqui ousadia, nem risco, nem novidade. É gestão corrente - e, neste caso, bem feita. Talvez não se possa dizer o mesmo dos anteriores Executivos PSD/CDS (...).

Também no plano financeiro, o Orçamento é apresentável. Contas certas, dívida controlada, equilíbrio formal. Mas importa não confundir boa contabilidade com boa política. Um Excel equilibrado não tapa buracos na estrada, não resolve o caos no trânsito, não traz pessoas para viver no Concelho, não capta investimento estratégico, enfim, não aumenta a qualidade de vida.

E é aí que este documento começa a revelar as suas evidentes fragilidades. E, também, a falta de visão e de ambição de quem, agora, o propõe como instrumento estratégico para a governação do Município.

Estas GOP e o Orçamento que as suporta são-nos apresentados carregados de retórica pseudo-modernista, mas com escolhas e opções antigas. Fala-se muito de inovação, proximidade e resultados. Mas quando se vai ao detalhe, percebe-se que falta aquilo que distingue governação de mera gestão: prioridades claras, coragem política para corrigir o que, aos olhos de todos, foi mal feito, vontade de inovar, capacidade para prever o futuro, mais ainda, inteligência para o desenhar.

Comecemos pela rede viária municipal.

Aveiro tem uma rede viária cansada, degradada e maltratada há demasiados anos – 12, pelo menos. O investimento agora previsto e proposto é claramente insuficiente, tímido e disperso. Não há um plano sério, plurianual, com critérios técnicos e territoriais claros, um plano como o que o Chega propôs, com inventário exaustivo, objetivos definidos e calendário de execução fechado e escrutinável. Há remendos, não há estratégia. Governar-se ao ritmo do buraco mais barulhento.

E quando falamos de mobilidade, não podemos ignorar o elefante plantado no meio da estrada: as obras da Avenida Dr. Lourenço Peixinho e da Avenida 25 de Abril.

Intervenções mal planeadas de origem, sem qualquer menção neste Orçamento, muito menos proposta para reformulação e correção dos erros cometidos, séria e com prazos de execução definidos.

Todos os dias estas obras e os erros nelas cometidos geram caos no trânsito, estrangulamentos, atrasos, irritação e prejuízo económico. Este Executivo sabe que há erros de planeamento, como o anterior também sabia. Sabe que há problemas funcionais. Mas insiste, ou desiste, ou persiste.

É o clássico: quando a realidade não confirma a bondade e utilidade dos projetos, há que agir sobre a paciência dos cidadãos. Há que elevar os níveis de tolerância, porque o bom político é o que nunca se engana e raramente tem dúvidas (...).

Depois temos a rotunda do Rato. Uma obra cara, caríssima, tremendamente discutível quanto à sua necessidade e utilidade, nada prioritária, em nossa opinião.

Quando faltam recursos para manutenção da rede viária, ciclovias, passeios, para a segurança dos Aveirenses, para políticas de habitação sérias, insiste-se nesta requalificação como se fosse uma questão de honra pessoal. Não é visão; é teimosia.

Do mesmo manual de decisões fáceis surge a desativação da Escola Homem Cristo. Um edifício histórico - o primeiro em Portugal a ser projetado como Liceu - com valor educativo e patrimonial absolutamente inquestionáveis, cuja solução teria de ser a obrigatória reabilitação e utilização para os fins com que foi projetado. Optou-se pelo encerramento. Optou o anterior Presidente e opta o atual Presidente. Para eles, fechar é o mais simples. Já pensar, “pensar incomoda, como andar à chuva, quando o vento cresce e parece que chove mais”, como sabiamente um dia escreveu Alberto Caeiro.

No desporto, somos obrigados a reafirmar o óbvio: o Chega sempre se opôs ao Pavilhão Oficina do Desporto. Sempre. Pelo conceito, pelo modelo, pela localização e pela utilização limitada. É um equipamento rígido, pouco flexível, que serve mal as associações e concentra recursos num modelo fechado. Não era prioritário quando foi decidido, não é prioritário agora - e continua errado, mesmo com verniz moderno. E caro, demasiado caro.

No capítulo da segurança, o padrão repete-se, para mal dos nossos pecados: discurso prudente, pouquinho, investimento anémico para tentar tapar o Sol com peneira de crivo grosso. A aposta na e instalação de videovigilância continua a ser tratadas como acessórias, nada prioritárias, desnecessárias até. Aveiro precisa de um sistema integrado de videovigilância, moderno, eficaz, que cubra todo o Concelho. O que agora se propõe é por demais insuficiente, avulso e sem ambição e visão.

Mas há, ainda, outras áreas onde a suborçamentação já não é apenas política: é perigosa e envia sinais errados aos Aveirenses.

A Proteção Civil Municipal continua, clara e evidentemente, subfinanciada.

Num concelho com riscos reais e muito bem identificados - cheias, incêndios, fenómenos climáticos extremos, acidentes industriais e químicos, acidentes rodoviários graves, entre outros - isto é irresponsabilidade exponenciada.

Quanto às Corporações de Bombeiros do Concelho de Aveiro, o filme repete-se: muito elogio público, pouco reforço estrutural. O apoio mantém-se débil, muito curto e praticamente igual ao dos Executivos anteriores. Muda o Presidente, mantém-se a fragilidade e a pouca importância que se dá aos nossos Bombeiros. Os Bombeiros, esses, continuam a fazer milagres com orçamentos de sobrevivência, até no desempenho das funções e atribuições que competem à Proteção Civil Municipal.

E chegamos à habitação – um dos maiores falhanços deste Orçamento.

Aveiro vive, é sabido e por todos aceite, uma crise grave de acesso à habitação. Jovens, famílias e trabalhadores essenciais estão a ser empurrados para fora do Concelho, seja pelo preço das casas, seja pela oferta muito aquém da procura, seja por ambas as circunstâncias combinadas com salários baixos e pouco competitivos. O investimento previsto é fraco, tímido e sem escala. Não há uma estratégia municipal robusta de habitação para todos. Há programas dispersos, boas intenções e muita retórica. A habitação surge como nota de rodapé, quando deveria ser capítulo central, essencial, vetor decisivo e estruturante das políticas públicas no Município de Aveiro.

As palavras bonitas, justapostas em frases, também elas, mais ou menos bonitas e compiladas em livrinho colorido de promessas de campanha, já o vento as levou. Esfumaram-se (...).

Curiosamente, onde nunca falta dinheiro é na comunicação institucional. Há sempre verba e mais verba para imagem, marketing, redes sociais, propaganda. Primeiro comunica-se o sucesso, difunde-se a propaganda; depois logo se vê se ele aparece.

Quanto aos dossiers da Administração Central, a história é conhecida: a Ria de Aveiro continua em banho-maria, o Eixo Estruturante permanece em limbo confortável, sem mais palavras que as de que em 2026 este Executivo quer iniciar a obra, o Hospital de Aveiro cada vez mais abandonado, decrépito, sem solução. Demasiados processos vitais, que se arrastam há demasiados anos, geridos pelos mesmos de sempre que nos procuram convencer de que agora é que é!

Sem pressão política séria, sem que Aveiro seja respeitada, sem que os sucessivos Executivos se façam respeitar, políticos sem peso político, políticas sem foco no primordial e no que deveria, sempre e em qualquer circunstância, vir primeiro: Aveiro e os Aveirenses.

Enumerar ou listar problemas não é governar; é encher páginas para tentar enganar.

Por tudo isto, o sentido de voto do Chega é a abstenção.

Não votamos contra, porque sabemos que este Orçamento é, em grande parte, herança pesada, pesadíssima, de decisões eleitoralistas tomadas à pressa pelo Executivo anterior.

Mas também não votamos a favor, porque este documento revela um Executivo que gere o passado, mas tem capacidade para liderar o futuro.

Este Orçamento revela-nos o que, afinal, já sabíamos: um Executivo mais preocupado em administrar compromissos herdados do que em assumir uma personalidade própria, com coragem para corrigir o que foi mal feito e rasgo para inovar, um Executivo que funciona, apenas, como capataz de um estaleiro alheio, mais do que como arquiteto de um novo projeto político.

A nossa abstenção é um aviso. E a desculpa da herança tem prazo de validade.

Quando esse prazo acabar, quando se esgotar o “estadozinho de graça”, os aveirenses vão exigir mais do que o que este Executivo e este Presidente hoje nos propõem: vão exigir decisões, coragem, resultados. Vão exigir Futuro.

Sem rodeios, sem anestesia, sem paliativos nem tergiversações.

E é aí, nessa batalha, que o Chega estará, caso nos queiram encontrar.”

Seguiram-se as declarações de voto: [48](#)

Vogal Cláudia Manuela Mesquita da Rocha (IL)

“A Iniciativa Liberal regista positivamente alguns aspetos do orçamento. Congratulamo-nos com o Programa de Arborização Participada, que promove envolvimento cívico, sustentabilidade e valorização do espaço público. Congratulamo-nos igualmente com o objetivo de desenvolver um projeto inovador para requalificar o edifício da Escola Secundária Homem Cristo para novos usos sociais, culturais e económicos, uma visão

muito alinhada com a proposta que a Iniciativa Liberal defendeu na última campanha autárquica para este espaço nobre do nosso conselho e que precisa de ver a sua utilização reajustada. Contudo, subsistem fragilidades relevantes ao nível da definição estratégica, transparência do investimento, eficiência organizacional e sustentabilidade de médio prazo. Atendendo a que se trata do primeiro orçamento deste novo executivo, a Iniciativa Liberal optará pela abstenção, mantendo uma postura de exigência construtiva, acompanhamento rigoroso da execução e disponibilidade para contribuir para uma governação mais eficiente, mais transparente e mais orientada para resultados.”

Vogal Gonçalo Nuno Caetano Alves (CDS-PP)

A intervenção do Deputado consta como declaração de voto.

Vogal Joaquim Manuel da Silva Marques (PPD/PSD)

A intervenção do Deputado consta como declaração de voto.

Vogal Armando Carlos da Silva Grave (CHEGA)

A intervenção do Deputado consta como declaração de voto.

Vogal Fernando Manuel Martins Nogueira (PS)

A intervenção do Deputado consta como declaração de voto.

Não tendo mais conteúdo na ordem-do-dia, o Presidente da Mesa, nos termos dos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante à reunião da Sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação, a ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, ⁴⁹ cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

De seguida o Presidente deu por encerrada a sessão extraordinária em janeiro, eram 23:57 horas do dia 30 de janeiro de 2026.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva sessão, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, _____ (Teresa Oliveira Bonifácio), Técnica Superior da Divisão de Atendimento Público e Apoio aos Eleitos Locais | Subunidade Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro,